



www.audiplacauditoria.com

Fortaleza, 23 de maio de 2025.

À
COMPANHIA DOCAS DO CEARÁ - CDC
Fortaleza - Ceará

Senhores Conselheiros e Diretores,

Estamos apresentando à V.Sas. o Relatório dos Auditores Independentes, relativo ao 1º trimestre de 2025, desta Companhia.

A Auditoria foi realizada de acordo com as normas do Conselho Federal de Contabilidade – CFC, Instituto dos Auditores Independentes do Brasil - IBRACON e Legislação Vigente.

O relatório abrange os principais aspectos dos registros contábeis, referente ao 1º trimestre de 2025, dos controles internos e legislação aplicável à atividade. As recomendações, porventura propostas, têm por objetivo colaborar no aperfeiçoamento das práticas contábeis e dos controles internos.

Atenciosamente,

Audiplac Auditoria e Assessoria Contábil S/S.
CRC-CE-000282/O-9



www.audiplacauditoria.com

COMPANHIA DOCAS DO CEARÁ - CDC

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS E RELATÓRIOS ENCERRADOS EM 01.03.2025:

- Balanço Patrimonial
- Demonstração do Resultado
- Demonstração do Resultado Abrangente
- Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido
- Demonstração do Fluxo de Caixa
- Demonstração do valor Adicionado
- Notas Explicativas
- Relatório Circunstanciado
- Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Contábeis



Demonstrações Financeiras - 1º Trimestre de 2025
(Valores expressos em milhares de reais)

BALANÇO PATRIMONIAL
31 DE MARÇO DE 2025 E 31 DE DEZEMBRO DE 2024
(Em milhares de reais)

		ATIVO	31/03/2025	31/12/2024
ATIVO CIRCULANTE			72.212	70.587
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	Nota 4		62.750	62.552
Caixa e Bancos			7	-
Aplicações de Liquidez Imediata			62.743	62.552
CONTAS A RECEBER			7.164	6.196
Clientes	Nota 5		6.413	5.557
Servidores a Disposição			45	26
Adiantamentos a Empregados	Nota 6		706	465
Adiantamentos a Empresas	Nota 7		-	148
TRIBUTOS A RECUPERAR	Nota 8		1.935	1.658
ESTOQUES			69	73
DESPESAS DO EXERCÍCIO SEGUINTE			294	108
ATIVO NÃO CIRCULANTE			387.376	387.397
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	Nota 9		137.129	135.211
Depósitos e Cauções Judiciais	Nota 9 a		941	941
Clientes	Nota 9 b		525	675
Créditos a Receber	Nota 9 c		135.663	133.595
INVESTIMENTOS	Nota 10		4	4
IMOBILIZADO	Nota 11		250.097	252.012
INTANGÍVEL	Nota 12		146	170
ATIVO COMPENSADO				
Convênio CVT	Nota 25		1.237	1.237
TOTAL			460.825	459.221

(As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações contábeis.)



Demonstrações Financeiras - 1º Trimestre de 2025
(Valores expressos em milhares de reais)

BALANÇO PATRIMONIAL
31 DE MARÇO DE 2025 E 31 DE DEZEMBRO DE 2024
(Em milhares de reais)

	P A S S I V O	31/03/2025	31/12/2024
PASSIVO CIRCULANTE		<u>23.169</u>	<u>23.481</u>
Fornecedores	Nota 13	1.883	2.477
Obrigações Trabalhistas	Nota 14	4.110	3.271
Obrigações Fiscais e Previdenciárias	Nota 15	1.537	2.022
PORTUS - RTSA	Nota 16	630	729
PORTUS - Termo de Compromisso Financeiro	Nota 17 a	2.068	2.008
Provisões	Nota 18	2.530	2.203
Credores Diversos	Nota 19	4.893	5.243
Dividendos a Pagar		4.604	4.469
Depósitos Contribuições e Consignações		283	517
Convênios	Nota 20	14	14
Ações Judiciais	Nota 21	573	484
Receitas Diferidas	Nota 22 a	44	44
PASSIVO NÃO CIRCULANTE		<u>58.417</u>	<u>58.198</u>
EXIGÍVEL A LONGO PRAZO		<u>58.417</u>	<u>58.198</u>
Obrigações Fiscais e Previdenciárias	Nota 15 a	11.676	11.521
PORTUS - RTSA	Nota 16	415	509
Créditos para futuro aumento de capital	Nota 23	6.002	5.829
PORTUS - Termo de Compromisso Financeiro	Nota 17 a	23.836	23.930
PORTUS - Passivo Atuarial	Nota 17 b	7.266	7.176
Receitas Diferidas	Nota 22 b	9.222	9.233
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		<u>378.002</u>	<u>376.305</u>
Capital Social	Nota 24 a	334.151	334.151
Créditos para aumento de capital	Nota 23	6.411	6.411
Ajuste O.R.A. - Portus	Nota 24 d	2.277	995
Reserva de Lucros	Nota 24 b	32.540	34.748
Lucros Acumulados	Nota 24 f	2.623	-
PASSIVO COMPENSADO		<u>1.237</u>	<u>1.237</u>
Convênio CVT	Nota 25	1.237	1.237
TOTAL		<u>460.825</u>	<u>459.221</u>

(As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações contábeis.)



Demonstrações Financeiras - 1º Trimestre de 2025
(Valores expressos em milhares de reais)

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

(Em milhares de reais)

		PERÍODOS DE PERÍODOS DE		ACUMULADO ACUMULADO	
		01/jan/25	01/jan/24	01/jan/25	01/jan/24
		A 31/mar/25	A 31/mar/24	A 31/mar/25	A 31/dez/24
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	Nota 26	<u>22.446</u>	<u>21.234</u>	<u>22.446</u>	<u>87.335</u>
CUSTOS DOS SERVIÇOS	Nota 27	<u>(9.973)</u>	<u>(11.327)</u>	<u>(9.973)</u>	<u>(43.894)</u>
LUCRO BRUTO		<u>12.473</u>	<u>9.907</u>	<u>12.473</u>	<u>43.441</u>
DESPESAS/RECEITAS OPERACIONAIS		<u>(10.428)</u>	<u>(9.378)</u>	<u>-10.428</u>	<u>-29.649</u>
Despesas Gerais e Administrativas	Nota 28	<u>(10.512)</u>	<u>(8.611)</u>	<u>(10.512)</u>	<u>(40.783)</u>
Outras Receitas e Despesas Operacionais	Nota 29	<u>84</u>	<u>-767</u>	<u>84</u>	<u>11.134</u>
RESULTADO OPERACIONAL ANTES DAS RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS		<u>2.045</u>	<u>529</u>	<u>2.045</u>	<u>13.792</u>
Receitas Financeiras	Nota 30 a	2.233	1.424	2.233	6.020
Despesas Financeiras	Nota 30 b	(1.982)	(1.155)	(1.982)	(4.488)
RESULTADO ANTES DOS TRIBUTOS SOBRE O LUCRO		<u>2.296</u>	<u>798</u>	<u>2.296</u>	<u>15.324</u>
PROVISÃO P/IMPOSTO DE RENDA E CSLL		<u>(60)</u>	<u>-</u>	<u>(60)</u>	<u>(934)</u>
Impostos Diferidos	Nota 31	(60)	-	(60)	(800)
CSLL Corrente	Nota 31	-	-	-	(134)
LUCRO OU(PREJUIZO)LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	Nota 24 e	<u>2.236</u>	<u>798</u>	<u>2.236</u>	<u>14.390</u>

(As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações contábeis.)



Demonstrações Financeiras - 1º Trimestre de 2025
(Valores expressos em milhares de reais)

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE EM 31/03/2025

(Em milhares de reais)

	01/jan/25 a 31/mar/25	01/jan/24 a 31/dez/24
(=) LUCRO DO PERÍODO	<u>2.236</u>	<u>14.390</u>
(+ou -) Outros Resultados Abrangentes	<u>1.669</u>	<u>9.678</u>
Ajuste de Avaliação Patrimonial Portus - Atuarial	1.282	5.253
Ajuste de Exercícios Anteriores	387	4.425
(=) RESULTADO ABRANGENTE GERAL	<u>3.905</u>	<u>24.068</u>

(As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações contábeis.)

Antônio Erinaldo Freire Malveira
 Contador
 CRC CE-014871/O-2



Demonstrações Financeiras - 1º Trimestre de 2025
(Valores expressos em milhares de reais)

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
31 DE DEZEMBRO 2025 E 31 DE DEZEMBRO DE 2024
 (Em milhares de reais)

DESCRICAÇÃO	CAPITAL SOCIAL SUBSCRITO GOVERNO FEDERAL	OUTROS AUMENTO CAPITAL	CRÉD. PI FUTURO	RESERVAS DE LUCROS			AJUSTE DE AVALIAÇÃO	LUCRO(PREJUÍZO) ACUMULADOS	TOTAL GERAL
				LEGAL	ESPECIAL	RETENÇÃO DE LUCROS			
Saldos em 31 de Dezembro de 2024	333.984	167	6.411	2.134	2.208	13.405	17.001	995	-
Lucro do 1º Trimestre de 2025 nota 24.e									2.236
Aumento Capital com créditos para futuro aumento de cap									-
Ajustes de Avaliação Portus - O. R. Abrangentes Nota 24.d									1.282
Reserva Especial - Dividendos Obrigatórios Nota 24.b2						(2.208)			(2.208)
Reservas de Lucros -Retenção de Lucros									-
Ajustes de Exercícios Anteriores									387
Saldos em 31 de Março de 2025	333.984	167	6.411	2.134	-	13.405	17.001	2.277	2.623
									373.002

(As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações contábeis.)



Demonstrações Financeiras - 1º Trimestre de 2025
(Valores expressos em milhares de reais)

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA
1º trimestre de 2025 e 1º trimestre de 2024
(Em milhares de reais)

	PERÍODO 01/jan/25 A 31/mar/25	PERÍODO 01/jan/24 A 31/mar/24	ACUMULADO 01/jan/25 A 31/mar/25	ACUMULADO 01/jan/24 A 31/dez/24
ATIVIDADES OPERACIONAIS	2.531	4.443	2.531	9.033
Resultado do Exercício	2.236	798	2.236	14.390
Despesas/Receitas que não afetam o Caixa	3.732	3.835	3.732	15.178
(+) Depreciação/Amortizações	4.109	4.223	4.109	16.742
(-) Ajuste de Depreciação (RTT)	(377)	(388)	(377)	(1.564)
(+/-) Baixas Depreciação Bens Leilão				
(+/-) Outras mutações do Patrimônio Líquido				
(+/-) Aumento/Redução do Ativo Circulante	(1.427)	2.061	(1.427)	6.377
Clientes	(856)	2.760	(856)	4.857
Servidores a disposição	(19)	(20)	(19)	(4)
Adiantamentos a Empregados	(241)	(229)	(241)	(73)
Adiantamentos a Empresas	148	-	148	193
Impostos a Recuperar	(277)	(280)	(277)	759
Estoques	4	13	4	18
Despesas Antecipadas	(186)	(183)	(186)	5
(-) Provisão para perdas com Clientes				622
(+/-) Aumento/Redução dos Ativos e Passivos de Longo Prazo	(1.698)	(1.954)	(1.698)	(22.355)
Depósitos realizáveis a longo prazo	-	44	-	(53)
Clientes	150		150	707
Créditos a Receber	(2.068)		(2.068)	(18.448)
Obrigações Fiscais Trabalhistas e Previdenciárias	155		155	1.656
PORTUS - RTSA	(94)	(88)	(94)	(546)
Créditos para Futuro Aumento de Capital	174	138	174	572
Portus Termo de Compromisso	(94)	(81)	(94)	(798)
Provisão Portus	90	(1.956)	90	(5.401)
Receita diferida	(11)	(11)	(11)	(44)
(+/-) Aumento/Redução do Passivo Circulante	(312)	(297)	-312	-4.557
Fornecedores	(594)	(166)	(594)	608
Obrigações Trabalhistas	839	179	839	-702
Credores Diversos	(350)	(150)	(350)	361
Obrigações Fiscais e Previdenciárias	(485)	(451)	(485)	55
Depósitos Contribuições e Consignações	(234)	(20)	(234)	250
Provisões	327	136	327	220
PORTUS - Termo de Compromisso Financeiro	(39)	50	-39	179
Dividendos a pagar	135	146	135	-5.667
Ações Judiciais	89	(21)	89	139
Receitas Diferidas		-		0



Demonstrações Financeiras - 1º Trimestre de 2025
(Valores expressos em milhares de reais)

ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS	(1.794)	(788)	(1.794)	(5.904)
Aumento/Redução nos Investimentos		(1)	-	25
Aplicações no Imobilizado	(1.794)	(787)	(1.794)	(5.929)
Alienação de Imobilizado				
Baixas no Imobilizado				
Aplicações no Intangível				
Baixas do Intangível				
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS	(539)	2.937	(539)	9.895
Créditos para Aumento de Capital				
Integralização de Capital				
Reserva Especial	(2.208)	52	(2.208)	217
(+/-) Ajustes de ORA - Portus	1.282	1.833	1.282	5.253
(-) Provisão Déficit Plano de Pensão - Portus	387	1.052	387	4.425
AUMENTO/REDUÇÃO DO CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA	<u>198</u>	<u>6.592</u>	<u>198</u>	<u>13.024</u>
Saldo no Início do Período	62.552	49.528	62.552	49.528
Saldo no Final do Período	62.750	56.120	62.750	62.552
Variação do Período	198	6.592	198	13.024

(As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações contábeis.)



Demonstrações Financeiras - 1º Trimestre de 2025
(Valores expressos em milhares de reais)

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO
1º trimestre de 2025 e 1º trimestre de 2024
(Em milhares de reais)

	PERÍODO 01/jan/25 A 31/mar/25	PERÍODO 01/jan/24 A 31/mar/24	ACUMULADO 01/jan/25 A 31/mar/25	ACUMULADO 01/jan/24 A 31/dez/24
RECEITAS	27.823	24.428	27.823	115.509
Vendas de Serviços	21.011	19.691	21.011	82.703
Arrendamentos operacionais	4.274	3.814	4.274	18.205
Reversão (perdas) de créditos esperados	846	942	846	-
Outras Receitas Operacionais	2.124	14	2.124	18.914
(-) Cancelamento de Serviços	(432)	(32)	(432)	(4.313)
INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS	(11.594)	(11.452)	(11.594)	(45.899)
Materias	49	62	49	273
Água	378	335	378	1.692
Energia Elétrica	1.557	2.404	1.557	6.111
Serviços de Terceiros	6.427	6.615	6.427	28.546
Despesas Atuariais	950	898	950	3.658
Outros Custos	2.233	1.137	2.233	5.619
VALOR ADICIONADO BRUTO PRODUZIDO	16.229	12.976	16.229	69.610
Depreciação e Amortização	(4.109)	(3.987)	(4.109)	(15.806)
(-) Ajuste RTT	377	388	377	1.564
VALOR ADICIONADO LÍQUIDO	12.497	9.377	12.497	55.368
VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA	2.233	1.424	2.233	6.020
Receitas Financeiras	2.233	1.424	2.233	6.020
VALOR ADICIONADO A DISTRIBUIR	14.730	10.801	14.730	61.388
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO	14.730	10.802	14.730	61.388
PESSOAL	7.857	6.179	7.857	29.907
Remuneração Direta	4.713	3.927	4.713	16.912
Benefícios	1.026	483	1.026	5.206
Previdência Social	1.342	1.122	1.342	4.877
FGTS	485	309	485	1.425
Honorários da Diretoria	291	338	291	1.487
TRIBUTOS	2.562	2.239	2.562	11.050
Federais	2.406	2.239	2.406	9.394
PIS/COFINS e CSLL Diferidos	156		156	1.656
Reversão IRPJ Diferido (Imunidade)				
REMUNERAÇÃO DE CAPITAIS DE TERCEIROS	2.075	1.586	2.075	6.041
Despesas Financeiras	1.982	1.155	1.982	4.487
Alugueis	93	431	93	1.554
REMUNERAÇÃO DE CAPITAIS PRÓPRIOS	2.236	798	2.236	14.390
Juros sobre Capital Próprio e dividendos				
Dividendos adicionais propostos				
Lucro Retidos	2.236	798	2.236	14.390

(As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações contábeis.)

Companhia Docas do Ceará – Ministério dos Portos e Aeroportos
Praça Amigos da Marinha s/n – Mucuripe – Fortaleza/CE – 60.180-422 – Fone: (85)3266-8989- www.docasdoceara.com.br



Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis - 1º Trimestre de 2025
(Valores expressos em milhares de reais)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Companhia Docas do Ceará – CDC é uma empresa pública, de capital autorizado, constituída através da Resolução CNPVN nº 182.1, de 25/03/1965, nos termos da Lei n.º 4.213, de 14/02/1963 e do Decreto nº 54.046, de 23/07/1964, com a missão de promover o desenvolvimento sócio-econômico da região de sua influência, e em particular do Estado do Ceará, por meio do exercício da função de autoridade portuária e pela promoção das facilidades portuárias para as exportações e importações e o transporte marítimo de cabotagem de mercadorias e turismo. O Governo Federal detém o controle acionário da sociedade com participação de **99,95%** do capital votante.

A CDC é vinculada ao Ministério dos Portos e Aeroportos, sendo o Porto de Fortaleza um dos terminais marítimos mais importantes e estratégicos do País. Sua localização privilegiada à Rua Vicente de Castro, 5601, Cais do Porto (na enseada do Mucuripe, em Fortaleza, Ceará), o mantém em proximidade com os mercados da América do Norte e Europa, permitindo o atendimento a empresas de navegação com linhas regulares destinadas a portos dos Estados Unidos, Canadá, América Central, Europa, África e países do Mercosul, além de itinerários para os demais portos brasileiros através da navegação de cabotagem.

Sua área de influência abrange os estados do Ceará, Piauí, Maranhão, Rio Grande do Norte, Pernambuco e Paraíba, estendendo-se também às regiões Norte, Centro-Oeste e ao Vale do São Francisco. No Porto de Fortaleza encontra-se um dos maiores polos trigueiros do país e uma infraestrutura versátil que permite a movimentação de diferentes tipos de mercadorias, divididos em granéis sólidos (grãos, cereais, etc.), granéis líquidos (derivados de petróleo), carga geral solta e conteinerizada, castanha de caju, cera de carnaúba, metal, tecidos, frutas, trigo, malte, lubrificantes, combustíveis e derivados de petróleo estão entre os principais produtos movimentados pelo Porto.

No 1º. Trimestre 2025, destaca-se a atualização do processo ISS Nº 0812093-66.2019.4.05.8100, conforme extrato demonstrativo de cálculo do Tribunal Regional Federal da Quinta Região pelo índice correção SELIC no valor de R\$ 2.068 (mil), (**vide nota 9, c.1**).

Destaca-se a importante participação do Porto na economia do Estado do Ceará, contribuindo, sobretudo, com a movimentação de trigo e granéis líquidos que são distribuídos por todo o estado.



Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis - 1º Trimestre de 2025
(Valores expressos em milhares de reais)

A Companhia Docas do Ceará, não mantém, quaisquer obrigações ou responsabilidades assumidas por orientação da União, incluindo a realização de projetos de investimento e assunção de custos operacionais específicos, em condições diversas às de qualquer outra sociedade do setor privado que atue no mesmo mercado, de acordo com a informação da Coordenadoria de Planejamento (CODPLA) através do Comunicado nº 75/2025/CODPLA-CDC/DIRPRE-CDC em 15 de abril de 2025.

Em seguida, alguns indicadores do 1º trimestre de 2025, comparados com os indicadores do 1º trimestre de 2024.

INDICADORES DE EFETIVIDADE				
INDICADOR	UNID/REF	31/03/2025	31/03/2024	VARIAÇÃO % 2025/2024
RETORNO DE CAPITAL	i/1,00	0,0070	0,00222	215,88%
EFICIÊNCIA OPERACIONAL	%/<60%	44,28	36,19	22,35%
EFICIÊNCIA ADMINISTRATIVA	%/<30%	34,59	27,69	24,92%
LIQUIDEZ CORRENTE	i/1,00	3,12	2,94	6,12%
LIQUIDEZ GERAL	i/1,00	2,57	2,21	16,29%
COMPOSIÇÃO DO ENDIVIDAMENTO	%/>30%	28,40	27,69	2,56%

2. BASE DE PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações da Companhia Docas do Ceará foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com observância às disposições contidas na legislação societária brasileira e nos pronunciamentos, orientações e interpretações técnicas emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC). Esses pronunciamentos visam a convergência das Normas Brasileiras de Contabilidade às Normas Internacionais de Contabilidade.

As demonstrações financeiras são apresentadas em milhares de reais, que é a moeda funcional da Companhia.

Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos 12 (doze) meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulante.



Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis - 1º Trimestre de 2025
(Valores expressos em milhares de reais)

3. SUMÁRIO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

a) Caixa e Equivalentes de Caixa

Incluem os saldos de caixa, bancos/conta movimento e títulos vinculados ao mercado aberto (Aplicação Financeira), distribuídos em fundo de renda fixa – curto prazo e fundo de renda fixa – Convênios, registrados ao custo acrescidos dos rendimentos proporcionais auferidos até a data do balanço, calculados de acordo com as taxas pactuadas com as Instituições Financeiras. No que se refere ao fundo de renda fixa – Convênios são recursos do Governo para repasse, cuja contrapartida encontra-se registrada no Passivo Circulante.

b) Contas a Receber de Usuários

Estão incluídos os serviços faturados, mediante as tabelas de faturamento vigentes no Porto de Fortaleza.

c) (-) Perdas Estimadas com Crédito de Liquidação Duvidosa

Com base nos relatórios emitidos pelo setor de cobrança da Coordenadoria Financeira, utilizando os parâmetros da Lei 9.430/96 (at.9º) e Lei 13.097/2015, procedeu-se a reversão da provisão de perdas estimadas no valor de R\$ 846 (mil). **Vide Nota Explicativa 5.**

d) Estoques

Estão avaliados pelo custo médio de aquisição e correspondem a bens em almoxarifado, como materiais de consumo e limpeza, de expediente, peças e equipamentos de informática.

e) Investimentos

Estão demonstrados tendo como base o valor de mercado da cota.

f) Imobilizado

Os bens móveis e imóveis, com vida útil definida, adquiridos separadamente são registrados ao custo, deduzido da depreciação, amortização e das perdas por redução ao valor recuperável de ativos (*Impairment*). Conforme determina a NBC TG 01 (R4) – redução ao valor Recuperável de Ativos, a Companhia realiza anualmente teste de recuperabilidade em seu ativo imobilizado.



Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis - 1º Trimestre de 2025
(Valores expressos em milhares de reais)

g) Intangível

Compreende a aquisição de *software*, contabilizado pelo seu custo de aquisição, com amortização prevista de 20% a.a. e a redução ao valor recuperável, acumuladas.

h) Passivos

Reconhecidos no balanço patrimonial quando a Companhia possui uma obrigação legal ou quando constituída como resultado de um evento passado.

i) Benefícios a empregados

A CDC é uma das patrocinadoras do Plano Básico Previdenciário 1 - PBP1, CNPB nº 1978.0005-29, administrado pelo PORTUS – Instituto de Seguridade Social, Entidade Fechada de Previdência Complementar – EFPC, o qual está estruturado na modalidade de benefício definido. Referido plano é baseado no pagamento de contribuições mensais, em benefício dos empregados, sendo custeado na mesma proporção, pela Companhia e pelos empregados participantes do plano.

O passivo reconhecido no balanço patrimonial, referente ao plano, é o valor presente da obrigação de benefício definido na data do balanço menos o valor de mercado dos ativos do plano, ajustado: a) por ganhos e perdas atuariais; b) pelas regras de limitação do valor do ativo apurado; e c) pelos requisitos de fundamentos mínimos.

A obrigação de benefício definido é calculada por atuários independentes, partindo da utilização de método de crédito unitário projetado. O valor presente da obrigação de benefício definido é calculado mediante o desconto das saídas futuras de caixa, utilizando-se das taxas de juros que condizem com o rendimento de mercado, as quais são representadas na moeda em que os benefícios serão pagos e que tenham prazos de vencimento próximos daqueles da respectiva obrigação do plano de aposentadoria.

Os ganhos e as perdas atuariais são debitados ou creditados diretamente em outros resultados abrangentes, no período em que ocorreram.

As contribuições regulares compreendem os custos líquidos e são registrados no resultado do período em que são devidas.



Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis - 1º Trimestre de 2025
(Valores expressos em milhares de reais)

j) Apuração dos Resultados

As receitas e as despesas são reconhecidas com observância ao regime de competência.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Os saldos de caixa e equivalentes de caixa em moeda nacional estão relacionados a seguir:

CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	31/03/2025	31/12/2024
Caixa/Bancos	7	0
Aplicação - BB - Fundo de Renda Fixa	62.743	62.552
Total	62.750	62.552

Ressalta-se que dos recursos disponíveis em 31/03/2025, R\$ 4.877 (mil) são recursos provenientes da União, registrados no Banco do Brasil- agência 08-6- c/c 26.003-7 (Conta corrente e Aplicação) e R\$ 11.009 (mil) são destinados para execução de obras de melhorias na área do Porto Organizado (MUC 01), conforme definido no contrato de arrendamento TERGRAN.

5. CLIENTES

CLIENTES	31/03/2025	31/12/2024
Contas a Receber de Usuários	7.233	7.222
Engemon	32	32
(-) Perdas Estimadas com Crédito de liquidação Duvidosa.	-852	-1.697
Total	6.413	5.557

No que se refere aos Clientes, manteve-se estável, com acréscimo no Contas a Receber de usuários no valor R\$ 11 (mil), em relação ao trimestre anterior.

Conforme relatório de cobrança, no 1º trimestre de 2025, a companhia apresentou um decréscimo de R\$ 846 (mil) na provisão para Perdas Estimadas para Créditos de Liquidação Duvidosa.

6. ADIANTAMENTOS A EMPREGADOS

Contempla os valores adiantados aos empregados da CDC, conforme abaixo:



Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis - 1º Trimestre de 2025
(Valores expressos em milhares de reais)

ADIANTAMENTOS A EMPREGADOS	31/03/2025	31/12/2024
Adiantamentos de Salários	24	31
Empréstimos de Férias	157	117
Adiantamentos de Férias	9	270
Adiantamentos de 13º Salário	475	47
Adto Gratificação Natalina-Diretores	41	0
Total	706	465

7. ADIANTAMENTOS A EMPRESAS

ADIANTAMENTOS A EMPRESAS	31/03/2025	31/12/2024
AD – CRIART Serviços de Terceirização Ltda	0	148
Total	0	148

No exercício de 2024, os saldos das contas das empresas: Somos Capital Humano e WN Serviços, foram transferidos para o grupo realizável a longo prazo. (Vide nota 9 c.2)

8. TRIBUTOS A RECUPERAR

A Companhia possui valores de natureza tributária, passíveis de recuperação tanto por meio de compensação, como por meio de resarcimento ou de simples dedução. São créditos tributários decorrentes de IR sobre aplicações financeiras, resgates de depósitos judiciais, retenções s/ serviços prestados e recolhimentos por estimativa de contribuição social e saldos negativos de IRPJ e CSLL do exercício de 2025 ano base 2024. Segue a discriminação:

TRIBUTOS A RECUPERAR	31/03/2025	31/12/2024
CSLL Estimativas	84	0
IRRF S/Rendimentos Financeiros	56	0
CSLL Retida -Lei 10.833	71	0
DARF indevido ou a maior	1	1
IRPJ Saldo Negativo Exerc. 2025 ano 2024	1.284	1.235
CSLL Saldo Negativo Exerc. 2025 ano 2024	439	422
Total	1.935	1.658



Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis - 1º Trimestre de 2025
(Valores expressos em milhares de reais)

Não houve recolhimento por estimativa do IRPJ, devido ao reconhecimento de imunidade conforme processo judicial nº 082235-69.2023.4.05.8100, transitado em julgado a favor da Companhia Docas do Ceará.

9. REALIZÁVEL A LONGO PRAZO

a) Depósitos Judiciais

DEPÓSITOS E CAUÇÕES JUDICIAIS	31/03/2025	31/12/2024
Trabalhistas Recursais	635	635
Depósitos Consignações	306	306
Total	941	941

Trata-se de depósitos judiciais provenientes, de Reclamações Trabalhistas e da União Federal contra Companhia Docas do Ceará. No 1º trim/2025, não houve alteração.

b) Clientes

CLIENTES - LONGO PRAZO	31/03/2025	31/12/2024
Tergran (Arrendamento Leilão Muc)	450	600
ABA Infraestrutura (Arrendamento Leilão TMP)	75	75
Total	525	675

A companhia mantém contratos de arrendamentos, oriundo de processos licitatórios, de áreas dentro do porto organizado com as empresas TERGRAN e ABA Infraestrutura. Em 02/01/2025 recebemos a segunda parcela outorga referente ao contrato Tergran nº 001/2024, no valor de R\$ 150 (mil).

c) Créditos a receber

c.1) Créditos a receber

CRÉDITOS A RECEBER	31/03/2025	31/12/2024
Processo Nº 0011097-11.2007.8.06.0001	9.517	9.517
Processo Nº 0812093-66.2019.4.05.8100	92.688	90.620
Processo Nº 0189190-44.2017.8.06.0001	21.782	21.782
Processo Nº.0000972-34.2018.8.06.0086	11.335	11.335
Total	135.322	133.254



Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis - 1º Trimestre de 2025
(Valores expressos em milhares de reais)

Em 31/03/2025, efetuamos a atualização do processo ISS Nº 0812093-66.2019.4.05.8100, conforme extrato demonstrativo de cálculo do Tribunal Regional Federal da Quinta Região pelo índice correção SELIC no valor de R\$ 2.068 (mil).

c.2) Adiantamento a empresas

ADTO A EMPRESAS L.PRAZO	31/03/2025	31/12/2024
Adto Somo Capital Humano Serv.Locação	82	82
Adto WN Serviço de Vigilância Armada	259	259
Total	341	341

Informamos que referente a empresa Somos Capital Humano Serv. Locação, já em Processo Judicial nº.0812121-63.2021.4.05.8100, com prognóstico “2-Possível”, e referente a WN Serviços de Vigilância Armada e cobrado por meio do processo de execução autuado sob nº. 0808833-05.2024.4.05.8100S, em trâmite na 7ª Vara Federal., transferido do curto prazo. (Vide nota 7).

10. INVESTIMENTOS

Os investimentos foram avaliados tendo como base o valor de mercado da cota, conforme saldos abaixo:

INVESTIMENTOS	31/03/2025	31/12/2024
BNDES	4	4
Total	4	4

Não houve alteração.

11. IMOBILIZADO

O Ativo Imobilizado da CDC é composto, conforme discriminação a seguir:



Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis - 1º Trimestre de 2025
(Valores expressos em milhares de reais)

IMOBILIZADO	31/03/2025	31/12/2024
Bens Móveis	17.971	17.541
Bens Imóveis	156.539	155.518
Imobilizado em Andamento	4.999	4.656
Imobilizado TMP	238.836	238.836
Imobilizado - Convênio CVT	528	528
Imobilizado - Convênio DNIT	959	959
Imobilizado - Convênio Monitoramento	0	0
Redução ao Valor Recuperável	-12	-12
Depreciação Acumulada	-169.723	-166.014
Total	250.097	252.012

Conforme o laudo dos avaliadores independentes; referente ao exercício de 2018, foram sugeridas as taxas de depreciação para os bens do Ativo Imobilizado, considerando a sua vida útil. Registrados nos sistemas de Contabilidade e Patrimônio no exercício de 2019, a saber:

BENS IMOBILIZADO	Taxa de Depreciação Anual	Prazo de Vida Estimada- Anos
Edificações	4%	25
Máquinas, Móveis, aparelhos, Ferramentas e Equipamentos	10%	10
Instalações	10%	10
Biblioteca	10%	10
Veículos	20%	5
Equipamentos para Computação Eletrônica	20%	5
Instalações de Produção e Distribuição de Energia Elétrica	20%	5

Em 15 de Abril de 2025, conforme comunicado nº 147/2025/COADMI-CDC/DIAFIN-CDC, SEI nº 9640334, iniciou o processo para contratação de empresa especializada na prestação dos serviços de elaboração de laudo de avaliação e teste de recuperabilidade de ativos nº 50900.000764/2024-13.

No 1º trimestre de 2025, destaca-se as seguintes movimentações:

- Aquisição de Imobilizações Diversas no valor total de R\$ 353 (mil);
- Transferência de Imobilizado em andamento para Recuperação de concretos no Cais e Anexos no valor total de R\$ 826 (mil);
- Transferência de Imobilizado em andamento para Recuperação do Pier Petroleiro no valor de R\$ 170 (mil);



Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis - 1º Trimestre de 2025
(Valores expressos em milhares de reais)

- Imobilizados em andamento no valor total de R\$ 1.318(mil).

Demonstrado no quadro de movimentações do Imobilizado, a seguir:

Descrição	Custo de Aquisição 31/12/2024	QUADRO DE MOVIMENTAÇÕES						IMOBILIZADO LÍQUIDO 31/03/2025
		Adições	Baixas	Baixa Deprec. Bens Leilão	Depreciação 1º Trim/2025	Depreciação Acumulada	Provisão de Perda ao Valor Recuperável	
Edificações	14.306	0	0	0	-108	-9.008	0	5.190
Arruamentos e Áreas Pavimentadas	24.024	0	0	0	-194	-4.757	0	19.073
Cais e Anexos Fixos	67.130	826	0	0	-568	-44.429	0	22.959
Móveis e Utensílios	771	33	0	0	-5	-631	0	168
Máquinas e equip.	9.768	0	0	0	-243	-7.872	0	1.653
Equip; de Informática	1.784	40	0	0	-44	-1.150	0	630
Veículos	145	0	0	0	0	-145	0	0
Pier Petroleiro Moderno Sistema de Gravação de CFTV	13.916	170	0	0	-117	-7.871	0	6.098
Sistema de Gravação OCR	1.740	25	0	0	-33	-1.433	0	299
Instalações de prod. Distrib. Energia elétrica	590	0	0	0	0	-590	0	0
Imobilizado TMP	16.815	0	0	0	-182	-13.483	0	3.150
Imob.em andam. Redução ao Valor Recuperável	4.656	1.318	975	0	-2.485	-80.297	0	156.054
(-)Depreciação fiscal	-12	0	0	0	0	0	0	-12
Outras imobilizações	0	0	0	0	377	13.106	0	13.483
Total	418.026	2.769	975	0	-3.709	-166.014	0	250.097

Quanto a depreciação, no 1º trimestre de 2025, resultou em R\$ 3.709 (mil), sendo R\$ 4.086 (mil) de despesas de depreciação e R\$ 377 (mil) de ajuste devedor da depreciação (RTT).

12. INTANGÍVEL

Compreende a aquisição de software, contabilizado pelo seu custo de aquisição, com amortização prevista de 20% a.a. e vida útil estimada de 5 anos, cujo impacto no 1º trimestre de 2025, foi R\$ 23 (mil).



Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis - 1º Trimestre de 2025
(Valores expressos em milhares de reais)

INTANGÍVEL	31/03/2025	31/12/2024
Intangível	8.045	8.045
Amortização	-7.898	-7.874
Redução ao Valor Recuperável	-1	-1
Total	146	170

13. FORNECEDORES

Trata-se de fornecedores de bens e serviços para a CDC.

FORNECEDORES	31/03/2025	31/12/2024
FORNECEDORES DE BENS E SERVIÇOS	1.883	2.477
Total	1.883	2.477

No 1º trimestre de 2025, evidenciam-se como saldos mais relevantes os de R\$ 215 (mil) Empresa Normatel Engenharia Ltda, R\$ 132 (mil) HAP Vida, R\$ 432 (mil) Nuctech, R\$ 219 (mil), Fairfax Seguros e R\$ 298 (mil) Kalesi Com de Equipamentos, cujo os pagamentos serão realizados em abril de 2025. Cabe informar que temos contratos com conta vinculada para os fornecedores: Serviarm e MG Construção.

14. OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS

OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS - CURTO PRAZO	31/03/2025	31/12/2024
Salários a pagar	38	51
Rescisões a pagar	0	0
Reclamações Trabalhistas	4.072	3220
Total	4.110	3.271

Os valores de salários a pagar, competência de março/2025, serão pagos no mês subsequente. O saldo de R\$ 4.072 (mil), refere-se ao passivo contingente de natureza trabalhista, cujo prognóstico é de perda provável. (Vide Nota Explicativa 21.c).

15. OBRIGAÇÕES FISCAIS E PREVIDENCIÁRIAS

São obrigações sociais provisionadas em função de salários e serviços prestados, em março de 2025, e que apresentaram os seguintes valores:



Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis - 1º Trimestre de 2025
(Valores expressos em milhares de reais)

OBRIGAÇÕES FISCAIS E PREVIDENCIÁRIAS	31/03/2025	31/12/2024
INSS a Recolher	501	520
FGTS a Recolher	120	194
COFINS - Contrib. Social Lei Compl. 70/91	404	290
PIS a Recolher	86	62
ISS Retido na Fonte	54	113
Impostos a Recolher - INSRF 480/04	304	594
INSS Retido S/Serviços Tomados	68	249
Total	1.537	2.022

15.a. OBRIGAÇÕES FISCAIS E PREVIDENCIÁRIAS – LONGO PRAZO

IMPOSTOS FISCAIS DIFERIDOS

No 1º trimestre de 2025, efetuamos a atualização do Processo nº 08120.93-66.2019.4.05.8100, conforme extrato demonstrativo de cálculo do Tribunal Regional Federal da Quinta Região pelo índice correção SELIC no valor de R\$ 2.068, consequentemente contabilizamos os impostos diferidos.

IMPOSTOS FISCAIS DIFERIDOS	31/03/2025	31/12/2024
CSLL Diferido	7.143	7.085
PIS Diferido	654	640
COFINS Diferido	3.879	3.796
Total	11.676	11.521

16. PORTUS - RTSA

CURTO PRAZO	31/01/2025	31/12/2024
Portus - IRTS	630	630
Portus Patronal	0	36
Portus Contribuição Extraordinária	0	63
Total	630	729

LONGO PRAZO	31/01/2025	31/12/2024
Portus - IRTS	415	509
TOTAL	415	509



Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis - 1º Trimestre de 2025
(Valores expressos em milhares de reais)

A CDC, como uma das patrocinadoras, em 08 de setembro de 2005, confessou e reconheceu, para todos os fins de direito, o valor do compromisso individual decorrente de rateio do montante das contribuições de participantes ativos e assistidos, dívida que em agosto de 2005, perfazia o total de R\$ 6.891 (mil), comprometendo-se a pagar citada dívida em 240 parcelas mensais, inclusive juros de 6% a.a. mais INPC e sem existência de garantia.

17. PORTUS PASSIVO ATUARIAL

O PBP1 encontra-se fechado para novas adesões, desde 11 de maio de 2010, bem como vem atravessando uma situação de grave insuficiência patrimonial. Dessa forma, com a finalidade de solucionar a questão, foi ajustado entre os responsáveis pelo custeio do referido plano e a entidade administradora, a adoção de estratégia previdência própria.

Os responsáveis pelo custeio, quais sejam as PATROCINADORAS, dentre elas a CDC e seus participantes ativos, assistidos e auto patrocinados, aprovaram a estratégia previdencial desenvolvida no intuito de viabilizar a solvência do PBP1. A Diretoria Executiva da CDC adotará as providências necessárias para promover a cisão do plano da CDC, no que tange à sua participação no PORTUS.

17.a) PORTUS – TERMO DE COMPROMISSO FINANCEIRO

Na melhor forma do direito, as partes celebraram Termo de Compromisso Financeiro, o qual foi pautado na metodologia de cálculo constante da estratégia previdencial, desenvolvida para buscar a solvência do PBP1. A CDC assumiu a responsabilidade de arcar com o valor de R\$ 24.670 (mil), apurado em 31 de dezembro de 2019, referente aos valores devidos por esta ao PBP1, a título de contrapartida à redução de direitos decorrentes da alteração regulamentar, sendo esse valor quitado de forma parcelada, segundo critérios adotados no próprio termo.

Entretanto, o referido Termo de Compromisso Financeiro, foi assinado, somente em junho/2020, ocasião em que o valor atualizado alcançou o montante de R\$ 25.347(mil) que, conforme estabelecido no próprio termo, deverá ser liquidado em 180 (cento e oitenta) parcelas fixas mensais e sucessivas, calculadas segundo o sistema *Price* de amortização, incorporando a taxa de juros mensal, equivalente à taxa anual de 4,81%, definida na estratégia previdencial e, acrescidas da variação mensal do Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) sobre o saldo devedor.

Destaca-se que, o valor devido não inclui a contrapartida da contribuição extraordinária estabelecida no Plano de Custeio, que respeita a proporção contributiva.

O saldo devedor, em março/2024, encontra-se evidenciado a seguir:



Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis - 1º Trimestre de 2025
(Valores expressos em milhares de reais)

CURTO PRAZO	31/03/2025	31/12/2024
Portus - Termo de Compromisso Financeiro	2.068	2.008
LONGO PRAZO	31/03/2025	31/12/2024
Portus - Termo de Compromisso Financeiro	23.836	23.930
TOTAL	25.904	25.938

17.b) PROVISÃO DO DÉFICIT ATUARIAL

Para o 1º. trimestre de 2025, o estudo atuarial do plano, realizado pela empresa ROFX PARTNERS CONSULTORIA EM GESTAO EMPRESARIAL LTDA, linha E5, apresentou déficit atuarial no valor de R\$ 33.170, sendo reconhecido um passivo atuarial adicional no valor de R\$ 7.266(mil), abafado descremido:

BENEFÍCIO PÓS EMPREGO	31/03/2025	31/12/2024
PONTUS – Termo de Compromisso	2.068	2.008
PONTUS – Termo de Compromisso - LP	23.836	23.930
PONTUS – Passivo Atuarial	7.266	7.176
TOTAL	33.170	33.114

17.c) VALOR JUSTO DOS ATIVOS

O valor justo dos ativos do plano no período está demonstrado a seguir, conforme relatório ROFX PARTNERS CONSULTORIA EM GESTAO EMPRESARIAL LTDA, detalhado na planilha letra B.

17.d) PREMISSAS ATUARIAIS

Os resultados apresentados das obrigações atuariais foram elaborados considerando as premissas a seguir, conforme relatório ROFX PARTNERS CONSULTORIA EM GESTAO EMPRESARIAL LTDA, detalhado na planilha letra I.



Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis - 1º Trimestre de 2025
(Valores expressos em milhares de reais)

A. Alteração na obrigação de benefício definido	31/03/2025	31/12/2024
1. Obrigação de benefício definido no final do ano anterior	31.615.639	33.761.419
2. Custo do serviço		
a. Custo do serviço atual	-	-
b. Custo do serviço passado		
c. (Ganho) / perda decorrente de liquidação antecipada do plano		
3. Custo dos juros	893.142	869.050
4. Fluxos de caixa		
a. Benefício pago pelo plano	-	936.615
b. Benefício pago diretamente pela empresa		1.026.850
c. Pagamento pelo plano decorrente de liquidação antecipada		
d. Pagamento pela empresa decorrente de liquidação antecipada		
e. Contribuições do participante	260.891	265.445
f. Despesas administrativas incluídas na obrigação		
g. Impostos incluídos na obrigação		
h. Prêmios de seguro para benefícios de risco		
5. Outros eventos significativos		
a. Aumento (redução) devido ao efeito de quaisquer combinações de negócios / alienações / transferências		
6. Redimensionamento da obrigação	483.455	2.253.425
a. Efeito das mudanças nas premissas demográficas	-	81.015
b. Efeito de mudanças nas premissas financeiras	-	354.715
c. Efeito dos ajustes de experiência	-	128.740
7. Efeito das mudanças nas taxas de câmbio		
8. Obrigação de benefício definido no final do ano	31.349.603	31.615.639
B. Reconciliação do valor justo do ativo do plano	31/03/2025	31/12/2024
1. Valor justo dos ativos do plano no final do ano anterior	-	1.498.544
2. Juros sobre o valor justo do ativo do plano	-	56.838
3. Fluxos de caixa		
a. Contribuições totais do empregador		
(i) Contribuições do empregador	1.092.879	1.238.449
(ii) Pagamentos diretos de benefícios ao empregador		



Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis - 1º Trimestre de 2025
(Valores expressos em milhares de reais)

(iii) Pagamentos diretos de liquidação pelo empregador

b. Contribuições do participante	260.891	265.445
c. Pagamentos de benefícios dos ativos do plano	-	936.615
d. Pagamentos de benefícios do empregador		1.026.850
e. Serviços de custo de serviços passados dos ativos do plano		
f. Pagamentos de liquidação de ativos do plano		
g. Pagamentos de liquidação do empregador		
h. Despesas administrativas pagas de ativos do plano		
i. Impostos pagos de ativos do plano		
4. Outros eventos significativos		
a. Aumento (redução) devido ao efeito de quaisquer combinações de negócios / alienações / transferências		
b. Aumento (redução) devido a combinações de planos		
5. Redimensionamento do valor justo do ativo do plano		
a. Retorno sobre os ativos do plano (excluindo receita de juros)	-	681.620
6. Efeito de mudanças nas taxas de câmbio		394.882
7. Valor justo dos ativos do plano no final do ano	-	1.819.846
		1.498.544

C. Alteração dos direitos de reembolso

31/03/2025

31/12/2024

1. Direitos de reembolso no final do ano anterior

2. Redimensionamento do serviço corrente

3. Ganho / (perda) em liquidações

4. Receita de juros

5. Fluxos de caixa

a. Contribuições do empregador para direitos de reembolso

b. Reembolsos ao empregador

6. Outros eventos significativos

a. Aumento (redução) devido ao efeito de quaisquer combinações de negócios / alienações / transferências

b. Aumento (redução) devido a combinações de planos

7. Redimensionamento do direito reembolsável

a. Retorno sobre direitos de reembolso (excluindo receita de juros)

8. Efeito das mudanças nas taxas de câmbio



Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis - 1º Trimestre de 2025
(Valores expressos em milhares de reais)

9. Direitos de reembolso no final do ano

D. Mudança no teto do ativo / passivo oneroso	31/03/2025	31/12/2024
1. Teto do ativo / passivo oneroso ao final do exercício anterior		
2. Receita de juros		
3. Redimensionamento		
a. Alteração do limite máximo de reconhecimento de ativo / passivo oneroso (deduzido dos juros sobre do limite máximo de reconhecimento de ativo / passivo oneroso)		
4. Efeito de mudanças nas taxas de câmbio		
5. Teto do ativo / passivo oneroso ao final do exercício		

E. Montantes reconhecidos na demonstração da posição financeira

	31/03/2025	31/12/2024
1. Obrigação de benefício definido	-31.349.603	-31.615.639
2. Valor justo dos ativos do plano	-1.819.846	-1.498.544
3. (Passivo) / Ativo Líquido inicial	-33.169.449	-33.114.183
4. Efeito compartilhamento riscos (Passivo Residual) - participantes	-	-
5. (Passivo) / Ativo Líquido Reconhecido	-33.169.449	-33.114.183
6. Contrato Reconhecimento Débitos da Empresa (TCF)	25.948.173	25.937.838
7. (Passivo) / Ativo Líquido Adicional Reconhecido	-7.221.276	-7.176.345

F. Componentes do custo do benefício definido

	31/03/2025	31/12/2024
1. Custo do serviço		
a. Custo do serviço atual	-	-
b. Custo do serviço de reembolso		
c. Custo do serviço passado		
d. (Ganho) / perda decorrente de liquidação antecipada		
e. Custo total do serviço	-	-
2. Custo dos juros líquidos		
a. Juros sobre a obrigação de benefício definido	893.142	869.050
b. Juros (receita) sobre ativos do plano	56.838	57.370
c. Juros (receita) sobre direitos de reembolso		
d. Despesas com juros sobre efeito de (teto ativo) / passivo oneroso		
e. Custo total de juros líquidos	949.980	926.420
3. Redimensionamento de outros benefícios de longo prazo		



Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis - 1º Trimestre de 2025
(Valores expressos em milhares de reais)

4. Despesa administrativa e imposto (não incluídos no passivo)		
5. Custo da obrigação de benefício definido incluído no resultado da empresa	949.980	926.420
6. Redimensionamentos (reconhecidos em outros resultados abrangentes)	-739.850	1.118.693
a. Efeito das mudanças nas premissas demográficas	-	-81.015
b. Efeito de mudanças nas premissas financeiras	-354.715	-1.849.305
c. Efeito dos ajustes de experiência	-128.740	-323.105
d. (Retorno) dos ativos do plano (excluindo receita de juros)	681.620	394.882
e. (Retorno) sobre direitos de reembolso (excluindo receita de juros)		
f. Mudanças no teto do ativo / passivo oneroso (excluindo receita de juros)		
g. Redimensionamento da obrigação de benefício definido incluído em outros resultados	-541.684	-739.850
7. Custo total da obrigação de benefício definido incluído no resultado da empresa e em outros resultados abrangentes	408.295	186.570

G. Reconciliação líquida do passivo (ativo) de benefício definido	31/03/2025	31/12/2024
1. Valor líquido do (passivo) / ativo de benefício definido no final do ano anterior	-33.114.184	-35.284.755
2. Custo do benefício definido incluído no resultado	-949.980	-926.420
3. Redimensionamento da obrigação de benefício definido incluído em outros resultados abrangentes	-198.165	1.858.543
4. Outros eventos significativos		
a. Transferência líquida em / (out) (incluindo o efeito de quaisquer combinações / alienações de negócios)		
b. Quantias reconhecidas devido a combinações de planos		
5. Fluxos de caixa		
a. Contribuições do empregador	1.092.879	1.238.449
b. Contribuição relativa a benefício pago diretamente pela empresa		
c. Liquidação antecipada paga pela empresa		
6. Crédito para reembolsos		
7. Efeito das mudanças nas taxas de câmbio		
8. (Passivo) ativo líquido de benefício definido a partir do final do ano	-33.169.449	-33.114.184

H. Segregação da obrigação de benefício definido	31/03/2025	31/12/2024
1. Obrigação de benefício definido pelo status de participante		



Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis - 1º Trimestre de 2025
(Valores expressos em milhares de reais)

a. Ativos	4	4
b. Assistidos em gozo de benefício	212	212
Aposentados	117	117
Pensionistas	95	95
c. Total	216	216

I. Premissas atuariais significativas	31/03/2025	31/12/2024
<i>Hipóteses para determinação da obrigação de benefício definido</i>		
Taxa de desconto	11,50%	11,30%
Taxa de crescimento salarial	3,50%	3,50%
Taxa de crescimento dos benefícios	-3,50%	-3,50%
Taxa de inflação	3,50%	3,50%
Rotatividade	N/A	N/A
Mortalidade de inválidos	Winklevoss desagravada em 20%	Winklevoss desagravada em 20%
Entrada em aposentadoria	N/A	N/A
Hipóteses de mortalidade pré-aposentadoria	AT-2000 Basic Masculina	AT-2000 Basic Masculina
Hipóteses de mortalidade pós-aposentadoria	AT-2000 Basic Masculina	AT-2000 Basic Masculina
Duration (em anos)	7,85	
Entrada em invalidez	Grupo Americana desagravada em 20%	Grupo Americana desagravada em 20%
Composição familiar	Família Padrão Portus	Família Padrão Portus

K. Análise de sensibilidade	31/03/2025	31/12/2024
<i>Valor presente da obrigação de benefício definido</i>		
Taxa de desconto - 25 pontos base	31.726.712	32.059.033
Taxa de desconto + 25 pontos base	30.826.398	31.071.126
<i>% de impacto na obrigação de benefício definido</i>		
Taxa de desconto - 25 pontos base	1,20%	1,40%
Taxa de desconto + 25 pontos base	-1,67%	-1,72%
<i>Alteração na tábua de mortalidade</i>		



Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis - 1º Trimestre de 2025
(Valores expressos em milhares de reais)

Agravada em 10%	30.760.750	31.130.732
Desagravada em 10%	31.829.873	32.504.800
<i>% do impacto da tábua de mortalidade</i>		
Agravada em 10%	-1,88%	-1,53%
Desagravada em 10%	1,53%	2,81%

L. Projeção do fluxo de caixa	31/03/2025	31/12/2024
Pagamentos de benefícios esperados (Líquido)	936.615	1.026.850
Contribuições esperadas do empregador - paridade	128.134	129.587
Contribuições esperadas dos participantes	-	-
Contribuições esperadas dos Assistidos - extraordinárias	260.891	264.708
Contribuições esperadas do empregador - paridade (extraordinária)	249.771	247.263
Contribuições esperadas do empregador - TCF + RTSA	792.633	781.671

18.PROVISÕES

As provisões para férias e encargos são efetuadas proporcionalmente ao seu período de aquisição, com valores contabilizados até 31 de março de 2025.

PROVISÕES	31/03/2025	31/12/2024
Provisão de Férias	1.544	1.636
Provisão de Encargos Férias	536	567
Provisão 13º Salário	334	0
Provisão de Encargos 13º Salário	116	0
TOTAL	2.530	2.203

19.CREDORES DIVERSOS

O grupo de contas refere-se aos recebimentos de créditos provenientes de depósitos caucionados, créditos diversos recebidos de clientes, créditos originários de recebimentos de IPTU e Aforamento, em que os valores mais relevantes serão evidenciados a seguir:

CREDORES DIVERSOS	31/03/2025	31/12/2024
Depósitos Caucionados	279	281
Credores Diversos Nota 19.a)	1.787	2.135



Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis - 1º Trimestre de 2025
(Valores expressos em milhares de reais)

Credores Diversos - IPTU Nota 19.b)	1.653	1.653
Credores Diversos - Aforamento	1.174	1.174
TOTAL	4.893	5.243

a) **Créditos diversos**

Do montante de R\$ 1.787 (mil) refere-se aos valores recebidos de clientes, para posterior liquidação, por meio de notas de créditos. Em complemento, ressalta-se que, R\$ 294 (mil), refere-se a depósitos não identificados de valores provenientes de contas a receber no período.

b) **Credores Diversos - IPTU**

O valor de R\$ 1.653 (mil) trata-se de IPTU recebido das empresas que possuem áreas arrendadas na Companhia Docas do Ceará, objeto de lide jurídica (processo nº 0011097-11.2007.8.06.0001) junto à Prefeitura Municipal de Fortaleza. (**Vide nota explicativa 9 c).**

Em dezembro de 2021, iniciou-se o processo de devolução dos valores recebidos a título de resarcimento de IPTU dos arrendatários, face à procedência da referida ação.

20. CONVÊNIOS

CONVÊNIOS	31/03/2025	31/12/2024
CVT Portuário	14	14
TOTAL	14	14

Convênio CVT Portuário, informa que, a prestação de contas foi aprovada e concluída no SIAFI. Quanto à definição da propriedade dos bens adquiridos no Convênio, por meio da manifestação constante no Despacho nº 348/2022/DGMP/SNPTA, de 04 de outubro de 2022, emitido pelo Departamento de Gestão e Modernização Portuária (DGMP), Processo SEI nº. 50900.000751/2022-74, este assim se manifestou:

- a) Quanto à regularização da edificação, uma vez que foi realizada em imóvel da União, a orientação já apresentada pela CGGI no Despacho nº 63/2022/CGPI-SNPTA/CGGI-SNPTA/DGMP/SNPTA e discutida junto à CDC (s.m.j), é medida suficiente e adequada à solução pretendida;
- b) Quanto aos bens móveis, foi sugerido o levantamento do inventário, a incorporação ao acervo patrimonial deste Ministério e, por fim, que seja promovida comissão para avaliação e



Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis - 1º Trimestre de 2025
(Valores expressos em milhares de reais)

desfazimento dos bens. Nesta última etapa, poderá ser sugerida a destinação mais adequada, conforme a legislação pertinente.

O processo foi encaminhado para COADMI da CDC, em 25/10/2022, através do Despacho DIAFIN-CDC, para conhecimento e providências.

Conforme comunicado nº 147/2025/COADMI-CDC/DIAFIN-CDC de 15/04/2025 o processo está tramitando na Superintendência de Obras Públicas, última consulta em 07/04/2025, com posição (aguardando análise).

21. AÇÕES JUDICIAIS

No 1º trimestre de 2025, as ações judiciais apresentaram um aumento de 18,38%, conforme abaixo e segregadas de acordo com a respectiva natureza, cujas informações serão tratadas individualmente, conforme demonstrado a seguir:

AÇÕES JUDICIAIS - CURTO PRAZO	31/03/2025	31/12/2024
Ações Cíveis (Estaduais) Vide 22.a)	-	0
Ações Federais Vide 22.b)	573	484
Ações Tributárias Vide 22.b)	-	0
TOTAL	573	484

Destaca-se, que, os saldos refletem a posição de 31/03/2025, tendo como base de aferição, os prognósticos emitidos pela Coordenadoria Jurídica da CDC, relativos ao 1º trimestre de 2025. Os quadros a seguir demonstram o montante de ações judiciais, nas quais a empresa figura no Polo Ativo e Passivo, conforme os referidos prognósticos (1- PROVÁVEL, 2 - POSSÍVEL, 3 - REMOTA). Ressalta-se que as devidas contabilizações foram efetuadas de acordo com o disposto na NBC TG 25 – Provisões, Passivos e Ativos Contingentes.

Pelo Princípio contábil da prudência, nas ações em que a CDC figura em polo ativo, as que possuem prognóstico 1, não foram reconhecidas nas demonstrações contábeis, sendo apenas divulgadas em Notas Explicativas, entretanto, serão reconhecidas no momento da sua realização, exceto, os valores evidenciados nas **Notas Explicativas 9.b) e 9.c).**

Nas ações em que a CDC figura em polo passivo, estas foram provisionadas de acordo com o item 14 do CPC 25, que orienta que uma provisão deverá ser reconhecida quando:



Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis - 1º Trimestre de 2025
(Valores expressos em milhares de reais)

- a) A entidade tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) como resultado de evento passado;
- b) Seja provável que será necessária uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos para liquidar a obrigação; e
- c) Possa ser feita uma estimativa confiável do valor da obrigação. Se essas condições não forem satisfeitas, nenhuma provisão deve ser reconhecida.

a) AÇÕES CÍVEIS (Estaduais)

Trata-se as ações judiciais de natureza cível em que a Companhia figure como parte (Polo Ativo e Polo Passivo), em 31 de março de 2025. Seguem abaixo, as informações acerca das quantidades dos referidos montantes e prognósticos destas, de acordo com as informações prestadas pela Coordenadoria Jurídica da CDC.

CDC – POLO ATIVO (em milhares de reais)	QUANTIDADE DE AÇÕES	PROGNÓSTICO	VALOR TOTAL
	14	1	45.399
	7	2	473
	5	3	40
TOTAL GERAL	26		45.912

CDC – POLO PASSIVO (em milhares de reais)	QUANTIDADE DE AÇÕES	PROGNÓSTICO	VALOR TOTAL
(*)	0	1	0
	2	2	2.071
	4	3	5.015
TOTAL GERAL	6		7.086

Do montante das ações estaduais, em que a CDC figura no polo passivo, não consta processos, cujo prognóstico de perda é provável, conforme já evidenciado.

Do montante de ações estaduais, em que a CDC figura no polo ativo, constam os processos no valor de R\$ 135.322 (mil), em que foi deferido um despacho favorável intimando a parte executada para pagar voluntariamente a dívida, cujo prognóstico é provável de êxito, no qual foi efetuado contabilização do ativo contingente (vide nota 9c).



Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis - 1º Trimestre de 2025
(Valores expressos em milhares de reais)

b) AÇÕES JUDICIAIS FEDERAIS

Trata-se as ações judiciais de competência da Justiça Federal, em que a Companhia figura como parte (Polo Ativo e Polo Passivo), em 31 de março de 2025, seguem abaixo, as informações acerca das quantidades, dos referidos montantes e prognósticos destas, de acordo com as informações prestadas pela Coordenadoria Jurídica da CDC.

CDC – POLO ATIVO (em milhares de reais)	QUANTIDADE DE AÇÕES	PROGNÓSTICO	VALOR TOTAL
44	1		116.429
24	2		4.204
23	3		1.167
TOTAL GERAL		91	121.800

CDC – POLO PASSIVO (em milhares de reais)	QUANTIDADE DE AÇÕES	PROGNÓSTICO	VALOR TOTAL
(*)	9	1	573
	12	2	13.221
	20	3	1.558.479
TOTAL GERAL		41	1.572.273

Do montante de R\$ 573 (mil) registrado de ações em que a CDC figura no polo passivo, destacam-se os valores de R\$ 123 (mil) referente ao processo judicial nº 0001098-37.2013.4.05.81000 (PACONOL) e R\$ 118 (mil) referente ao processo judicial nº 0808143-15.2020.4.05.8100 (Gertece Engenharia Ltda). Não foi provisionado o montante aproximado de R\$ 13.221 (mil), referente às ações federais cujo prognóstico foi possível e, o montante de R\$ 1.568.477 (mil) cujo prognóstico foi considerado como de possibilidade remota de perda, refere-se, primordialmente, à Ação de Cobrança ajuizada pelo PORTUS, processo nº. 0506373-93.2015.4.02.5101, referente a contribuições extraordinárias devidas pelas patrocinadoras-RTSA.

c) RECLAMAÇÕES TRABALHISTAS



Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis - 1º Trimestre de 2025
(Valores expressos em milhares de reais)

No que se refere às demais Reclamações Trabalhistas em curso, em que a CDC figura em Polo Passivo, seguem as informações emitidas pela Coordenadoria Jurídica, quanto aos prognósticos e os seus respectivos valores.

Os valores informados como Reclamações Trabalhistas, com prognóstico de perda provável encontram-se registrados no grupo de Obrigações Trabalhistas. (Vide Nota Explicativa 14)

CDC – POLO PASSIVO (em milhares de reais)	QUANTIDADE DE AÇÕES	PROGNÓSTICO	VALOR TOTAL
	31	1	4.072
	27	2	2.457
	29	3	1.994
TOTAL GERAL	87		8.523

22. RECEITAS DIFERIDAS

A companhia mantém contratos de arrendamentos, oriundo de processos licitatórios, de áreas dentro do porto organizado com as empresas TERGRAN e ABA Infraestrutura.

No 1º trimestre de 2025, apropriamos R\$ 11 (mil) no curto prazo, referente as três parcelas dos contratos de arrendamentos das empresas listadas abaixo e transferimos o mesmo montante de R\$ 11 (mil) do Passivo Não Circulante para o Passivo Circulante, sendo R\$ 10 (mil) referente ao arrendamento Leilão MUC da arrendatária empresa Tergran e R\$ 1 (mil) reais, da empresa ABA Infraestrutura, conforme contratos.

a) Circulante

RECEITAS DIFERIDAS	31/03/2025	31/12/2024
Tergran (Arrendamento Leilão MUC)	40	40
ABA- Infraestrutura e Logística (Arrendamento Leilão TMP)	4	4
Total	44	44

b) Não Circulante

RECEITAS DIFERIDAS	31/03/2025	31/12/2024
Tergran (Arrendamento Leilão MUC)	870	880
Tergran - Investimento de melhorias área MUC 01	8.261	8.261
ABA- Infraestrutura e Logística (Arrendamento Leilão TMP)	91	92



Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis - 1º Trimestre de 2025
(Valores expressos em milhares de reais)

Total	9.222	9.233
--------------	--------------	--------------

23. CRÉDITOS PARA AUMENTO DE CAPITAL (AFAC)

O Governo Federal, órgão controlador da sociedade por força de disposições estatutárias e legais, provê recursos para investimentos, no Porto e consequente aumento de capital. Tais recursos, por sua natureza e movimentação, não apresentam características de retratabilidades.

Os valores provenientes de AFAC, que se encontram contabilizados em 31 de março de 2025, estão demonstrados a seguir:

CRÉDITOS PARA AUMENTO DE CAPITAL (AFAC)	31/03/2025	31/12/2024
NÃO CIRCULANTE	6.002	5.829
GOVERNO FEDERAL	6.000	5.827
GOVERNO ESTADO CEARÁ	2	2
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	6.411	6.411
GOVERNO FEDERAL	6.411	6.411
GOVERNO ESTADO CEARÁ	0	-
TOTAL GERAL	12.413	12.240

Quanto ao valor registrado no Passivo Não Circulante, do montante de R\$ 6.002 (mil) registrados, R\$ 173 (mil) refere-se à atualização monetária, ocorrida no 1º trimestre de 2025.

24. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital Social

O Capital Social Subscrito e Integralizado, está representado por 36.448.641.087 ações, sem valor nominal, sendo 26.912.133.216 ordinárias e 9.536.507.871 preferenciais, ambas as espécies nominativas e de classe única e sem opção de compra. O valor do Capital Social, em 31 de março de 2025, encontra-se assim distribuído:



Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis - 1º Trimestre de 2025
(Valores expressos em milhares de reais)

ACIONISTAS	TOTAL	PERCENTUAL	TOTAL EM R\$
GOVERNO FEDERAL	36.430.421,136	99,95%	333.983.789,02
GOVERNO ESTADO CEARÁ	18.204.800	0,05%	166.896,47
PREFEITURA DE FORTALEZA	2.986	0,00%	27,37
PREFEITURA DE MARANGUAPE	2.986	0,00%	27,37
PREFEITURA DE CAUCAIA	2.986	0,00%	27,37
PREFEITURA DE CAMOCIM	3.207	0,00%	29,40
PREFEITURA DE ARACATI	2.986	0,00%	27,37
TOTAL	36.448.641,087	100,00%	334.150.824,37

As ações preferenciais não têm direito a voto, são inconversíveis em ações ordinárias e terão prioridade no caso de reembolso de capital e na distribuição de dividendos.

b) RESERVA DE LUCROS

b.1) RESERVA LEGAL

Conforme artigo 193 da Lei das Sociedades por Ações, a Companhia deve transferir, antes de qualquer destinação, 5% do lucro líquido anual para reserva legal até que o seu valor seja equivalente a 20% do capital integralizado. A reserva legal pode ser utilizada para aumentar o capital ou para absorver prejuízos. Em 31 de março de 2025, o saldo da reserva legal é de R\$ 2.134 (mil), representando 0,64% do capital social da companhia.

b.2) RESERVA ESPECIAL

No 1º. trimestre de 2025, após recomendação do STN, aprovada pela ata 58ª AGO e 139ª AGE, foi realizado correção pela taxa SELIC, e efetuado o pagamento na data de 17/03/2025, da referida reserva no valor de R\$ 2.208 (mil).

b.3) RESERVA DE LUCROS A REALIZAR



Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis - 1º Trimestre de 2025
(Valores expressos em milhares de reais)

No exercício de 2023, após constituição das reservas e absorção dos prejuízos acumulados, o valor do lucro líquido do exercício, resultou em R\$ 17.001 (mil). Conforme Ata 58º Assembleia Geral Ordinária (AGO) e 139ª Assembleia Geral Extraordinária (AGE), datada de 30/04/2024, foi decidido que o saldo remanescente dos lucros acumulados, fosse destinado a reserva de lucros.

b.4) RESERVA DE RETENÇÃO DE LUCROS

No exercício de 2024, após constituição das reservas, o valor do lucro líquido do exercício, resultou em R\$ 13.405 (mil). A Administração submeteu à Assembleia Geral Ordinária, na qual foi favorável à proposta, aprovada em Ata 58º Assembleia Geral Ordinária (AGO) e 139ª Assembleia Geral Extraordinária (AGE), datada de 22/04/2025, sendo o saldo remanescente dos lucros acumulados, destinados a reserva de retenção de lucros.

c) AJUSTES DE EXERCÍCIOS ANTERIORES

No relatório atuarial, datado de 28/02/2020, a empresa RODARTE, imputou a Companhia Docas do Ceará, o valor de R\$ 45.581 (mil), como passivo líquido, referente ao exercício findo em 31/12/2019.

Devido ao débito referir-se ao ano de 2019, a Companhia Docas, em 30 de junho de 2020, reconheceu e contabilizou o referido débito na conta de ajustes de exercícios anteriores, conforme determina o artigo 186 da Lei 6.404/76, parágrafo 1º. Desde o ano de 2019, esse valor é alterado através do estudo atuarial do plano de benefício.

No 1º trimestre de 2025, esse estudo, apontou um passivo líquido de R\$ 33.170 (mil), conforme linha E.5 do quadro informado na Nota Explicativa 17.b, conforme abaixo detalhado;

RECONCILIAÇÃO LÍQUIDA DO PASSIVO DE BENEFÍCIO DEFINIDO	MR\$
Saldo anterior do valor líquido passivo de benefício no final do ano anterior linha g1	(33.114)
Custo do Benefício definido incluído no resultado linha g2	(950)
Redimensionamento da obrigação de benefício incluído em outros resultados abrangentes linha g3	(198)
Contribuições do Empregador linha g 5a	1.092



Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis - 1º Trimestre de 2025
(Valores expressos em milhares de reais)

Passivo Líquido de benefício definido a partir do final do ano	(33.170)
--	----------

d) AJUSTE DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL

O estudo atuarial referente ao plano de benefício definido PBP1 apontou um custo total de R\$ 2.277 (mil), relativo ao compartilhamento de risco, o qual foi reconhecido em conta de Ajuste de Avaliação Patrimonial, no grupo do Patrimônio Líquido. No 1º trim/2025, houve a variação de R\$ 1.282 (mil), resultado da diferença entre o 1º trim/2025 e o 4º trim/2024, constante no relatório da ROFX PARTNERS CONSULTORIA EM GESTAO EMPRESARIAL LTDA.

e) LUCRO DO 1º TRIMESTRE DE 2025

O resultado econômico acumulado teve uma variação de 280,20% haja vista que, no 1º trim/2024 o valor do lucro foi de R\$ 798 (mil), aumentando no 1º trim/2025 para um lucro de R\$ 2.236 (mil), devido à atualização do processo ISS Nº 0812093-66.2019.4.05.8100, conforme extrato demonstrativo de cálculo do Tribunal Regional Federal da Quinta Região pelo índice correção SELIC no valor de R\$ 2.068 (mil).

f) LUCROS ACUMULADOS

O saldo, em 31 de março de 2025, de LUCROS ACUMULADOS, ver DMPL, é de R\$ 2.623 mil).

Composição	Saldo R\$ (mil)
Saldo Inicial de 2025	0
Lucro do 1º trimestre de 2025	2.236
Ajustes de Exercícios Anteriores	387
Total	2.623

25. ATIVO/PASSIVO COMPENSADO



Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis - 1º Trimestre de 2025
(Valores expressos em milhares de reais)

O Ativo/Passivo compensado refere-se à construção do Imobilizado CVT no qual a obra foi feita parte com recursos da Companhia Docas do Ceará e parte com recursos da União. O valor de R\$ 1.237 (mil) refere-se à parte da construção do Imobilizado CVT com recursos da União. Dessa forma, a CDC está aguardando a definição da propriedade dos bens adquiridos. (**Vide Nota 20**).

26. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

As receitas operacionais da CDC são apresentadas na demonstração do resultado pelo valor deduzido dos impostos e cancelamentos de notas fiscais, conforme quadro abaixo:

RECEITA OPERACIONAL	1º trim 2025	1º trim 2024	VARIAÇÃO	Acumulado Jan a Mar 2025	Acumulado Jan a Dez 2024	VARIAÇÃO
RECEITA OPERACIONAL BRUTA	25.284	23.505	7,57%	25.284	100.908	-74,94%
Utiliz. da Infra Est. de Proteção e Acesso Aquaviário	6.314	5.298	19,18%	6.314	22.558	-72,01%
Utilização das Instalações de Acostagem	1.151	1.100	4,64%	1.151	4.532	-74,60%
Utilização da Infra Estrutura Terrestre	9.442	9.832	-3,97%	9.442	40.361	-76,61%
Serviços de Armazenagem	55	144	-61,81%	55	549	-89,98%
Serviços Diversos	4.048	3.317	22,04%	4.048	14.703	-72,47%
Receitas de Aluguéis e Arrendamentos	4.274	3.814	12,06%	4.274	18.205	-76,52%
(-) Cancelamentos de Serviços	-432	-32	1250,00%	-432	-4.313	-89,98%
(-) Impostos Incidentes	-2.406	-2.239	7,46%	-2.406	-9.260	-74,02%
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	22.446	21.234	5,71%	22.446	87.335	-74,30%

A Receita Operacional Líquida apresentou um acréscimo de 5,71%, no 1º trimestre de 2025, quando comparada ao mesmo trimestre do exercício anterior. Referido acréscimo justifica-se pelo aumento dos serviços de Utilização da Infra-Estrutura e das receitas de arrendamento em R\$ 1.016 (mil) e R\$ 460 (mil) respectivamente.

27.CUSTOS

CUSTOS	1º trim 2025	1º trim 2024	VARIAÇÃO	Acumulado Jan a Mar 2025	Acumulado Jan a Dez 2024	VARIAÇÃO
Custos com Pessoal e Encargos Sociais	3.724	2.430	53,25%	3.724	12.982	-71,31%
Serviços Prestados - Pessoa Física	0	0	0,00%	0	0	0,00%
Serviços Prestados - Pessoa Jurídica	2.164	3.539	-38,85%	2.164	13.346	-83,79%
Materiais Gastos nas Operações	21	38	-44,74%	21	133	-84,21%
Custos Gerais	4.064	5.320	-23,61%	4.064	17.433	-76,69%
Total	9.973	11.327	-11,95%	9.973	43.894	-77,28%



Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis - 1º Trimestre de 2025
(Valores expressos em milhares de reais)

No 1º trimestre de 2025, os Custos sofreram um decréscimo de 11,95%, quando comparados aos do mesmo trimestre do exercício anterior.

No grupo de serviços pessoa jurídica reduziu em R\$ 1.346 (mil) em serviços manutenção elétrica e no grupo custos gerais o valor gasto com energia reduziu em R\$ 847 (mil).

Os valores mais relevantes em custos gerais são oriundos de energia elétrica em R\$ 1.557 (mil) e Despesas com Depreciação no valor de R\$ 2.281 (mil).

28. DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS

DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS	1º trim 2025	1º trim 2024	VARIAÇÃO	Acumulado Jan a Mar 2025	Acumulado Jan a Dez 2024	VARIAÇÃO
Despesas com Salários e Encargos	4.227	3.787	11,62%	4.227	17.533	-75,89%
Serviços Prestados - Pessoa Física	116	104	11,54%	116	437	-73,46%
Serviços Prestados - Pessoa Jurídica	4.147	2.973	39,49%	4.147	14.763	-71,91%
Despesas com Materiais	49	23	113,04%	49	140	-65,00%
Despesas Gerais	1.973	1.724	14,44%	1.973	7.910	-75,06%
Total	10.512	8.611	22,08%	10.512	40.783	-74,22%

No 1º trimestre de 2025, as despesas gerais e administrativas apresentaram um aumento de 22,08%, verificada principalmente em Despesas com salários e encargos; serviços tomados de pessoa jurídica, quando comparados ao 1º trimestre do exercício anterior, justificada, pelos serviços tomados de limpeza e conservação no valor de R\$ 356 (mil) e serviços de segurança e vigilância no valor de R\$ 347 (mil); das despesas gerais, destaca-se, pela despesa com água e esgoto que aumentou em R\$ 100 (mil) e depreciação.

29. OUTRAS RECEITAS E DESPESAS OPERACIONAIS

As outras receitas operacionais, no 1º trimestre de 2025, apresentaram um acréscimo de 749,60%, quando comparadas com o mesmo trimestre do exercício anterior, verificada principalmente pelo registro da atualização do processo do ISS no valor de R\$ 2.068 (mil).

OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS	1º trim 2025	1º trim 2024	VARIAÇÃO	Acumulado Jan a Mar 2025	Acumulado Jan a Dez 2024	VARIAÇÃO
Recuperação de Valores Baixados Como Perdas Em Exercícios Anteriores	20	0	0,00%	20	5	300,00%
Receitas Eventuais	0	3	-100,00%	0	443	-100,00%
Rec de Despesas exerc Anterior	0	0	0,00%	0	77	-100,00%
Receita de Outorga	36	11	227,27%	36	44	-18,18%
Ganhos e perdas de capital	0	0	0,00%	0	0	0,00%
Processo nº.0011097-11.2007.8.06.0001	0	0	0,00%	0	3.148	-100,00%



Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis - 1º Trimestre de 2025
(Valores expressos em milhares de reais)

IPTU						
Processo nº.0189190-44.2017.8.06.0001 De Francesco	0	0	0,00%	0	0	100,00%
Processo nº. 0812093-66.2019.4.05.8100 - ISS	2.068	0	0,00%	2.068	3.625	-42,95%
Processo nº. 0000972-34.2018.8.06.0086 - Santana Textil	0	0	0,00%	0	11.336	0,00%
Reversão prov de Créditos Liquidação Dúvidosa	0	236	100,00%	0	236	-100,00%
Total	2.124	250	749,60%	2.124	18.914	-88,77%

As outras despesas operacionais, no 1º trimestre de 2025, apresentaram um acréscimo de 100,49%, quando comparadas ao mesmo trimestre do exercício de 2024, justificado, principalmente, pelo aumento da provisão das ações trabalhistas no valor de R\$ 810 (mil).

OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS	1º trim 2025	1º trim 2024	VARIAÇÃO	Acumulado Jan a Mar 2025	Acumulado Jan a Dez 2024	VARIAÇÃO
Despesas com Ações Judiciais (Trabalhistas e Cíveis)	1.020	210	385,71%	1.020	1.132	-9,89%
Despesas de exercícios anteriores	136	0	0,00%	136	0	0,00%
Despesa Atuarial - Custo Benefício - Parcela Assistidos	926	860	7,67%	926	3.526	-73,74%
Contribuição Extraordinária PORTUS - Assistidos	125	126	-0,79%	125	753	-83,40%
Débitos Incobráveis	582	527	100,00%	582	891	-34,68%
Impostos Diferidos	96	0	0,00%	96	856	-88,79%
Provisão de Créditos para liquidação duvidosa	-845	-706	19,83%	-845	622	-100,00%
Total	2.040	1.017	100,49%	2.040	7.780	-73,79%

30. RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS

a) RECEITAS FINANCEIRAS

No 1º trimestre de 2025, verificou-se um aumento das receitas financeiras, em um percentual de 56,81% em relação ao mesmo trimestre do exercício anterior, sendo mais expressivo nos rendimentos de aplicação financeira.

RECEITAS FINANCEIRAS	1º trim 2025	1º trim 2024	VARIAÇÃO	Acumulado Jan a Mar 2025	Acumulado Jan a Dez 2024	VARIAÇÃO
Juros s/Atualiz de Demais Direitos de Crédito	32	0	0,00%	32	2	100,00%
Juros de Usuários	31	79	-60,76%	31	557	-94,43%
Rendimentos em Aplicações Financeiras	2.104	1.282	64,12%	2.104	5.327	-60,50%
Juros Atualização Depósitos Judiciais	0	7	-100,00%	0	46	-100,00%

32



Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis - 1º Trimestre de 2025
(Valores expressos em milhares de reais)

Variações Monetárias de Tributos a Recuperar	66	38	73,68%	66	69	100,00%
Rendimentos em Títulos Públicos	0	0	0,00%	0	19	0,00%
Descontos Obtidos	0	18	100,00%	0	0	0,00%
Total	2.233	1.424	56,81%	2.233	6.020	-62,91%

b) DESPESAS FINANCEIRAS

Conforme demonstrado a seguir, no 1º trimestre de 2025, verificou-se um acréscimo nas despesas financeiras em um percentual de 71,61%, em comparação ao mesmo trimestre do exercício de 2024, sendo mais expressiva, as despesas com atualização monetária de demais obrigações contratuais com Portus, em R\$ 804 (mil).

DESPESAS FINANCEIRAS	1º trim 2025	1º trim 2024	VARIAÇÃ O	Acumulad o Jan a Mar 2025	Acumulad o Jan a Dez 2024	VARIAÇÃ O
Juros sobre atualização de débitos tributários	0	0	0,00%	0	0	0,00%
Juros sobre atualização de demais obrigações contratuais	1.611	807	99,63%	1.611	3.368	-52,17%
Juros/Multas Atraso Pagamentos	1	6	-83,33%	1	6	-83,33%
Despesas Bancárias diversas	5	4	25,00%	5	21	-76,19%
Despesas de Variações Monetárias	363	338	7,40%	363	1.082	-66,45%
Perdas em Aplicações Financeiras	2	0	100,00%	2	10	100,00%
Total	1.982	1.155	71,61%	1.982	4.487	-55,83%

31. IMPOSTOS DIFERIDOS E CSLL CORRENTE

O Imposto de Renda e a Contribuição Social diferidos são reconhecidos sobre as diferenças temporárias apuradas entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis, considerando as alíquotas vigentes na data da elaboração das demonstrações financeiras, conforme previsto no Pronunciamento IBRACON NPC 25 e NBC TG 32 (R4). No 1º. Trimestre, a CSLL diferida, resultou no montante de R\$ 60(mil). (Vide nota 15 a).

32. COBERTURA DE SEGUROS

A Companhia mantém cobertura de seguro de responsabilidade civil, visando cobrir eventuais perdas.



Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis - 1º Trimestre de 2025
(Valores expressos em milhares de reais)

33.REMUNERAÇÃO PAGA A ADMINISTRADORES E EMPREGADOS

De acordo com a Resolução CGPAR/ME Nº 30, de 04 de agosto de 2022, seguem as remunerações mensais (Base: março/2024), pagas pela empresa aos seus dirigentes e empregados, incluídas todas as vantagens e benefícios, efetivamente percebidos, abaixo demonstradas:

REMUNERAÇÃO	31/03/2025	31/12/2024
CONSELHEIROS		
Remuneração Média	3	3
DIRETORES		
Maior Remuneração	33	28
Remuneração Média	26	27
Menor Remuneração	19	26
EMPREGADOS		
Quantidade de Empregados	153	114
Maior Remuneração	25	24
Remuneração Média	9	11
Menor Remuneração	1	3
EMPREGADOS -BENEFÍCIOS		
Valor médio global	53	36

34.PARTES RELACIONADAS

A CDC possui política de transações com partes relacionadas, em conformidade com o art. 8º, inciso VII, da Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016 e com o art. 13, do Decreto nº 8.945, de 27 de dezembro de 2016. Referida política busca definir regras, no sentido de assegurar que, as decisões que envolvam partes relacionadas, bem como as situações com potencial conflito de interesses, respeitem a legislação e as partes envolvidas nas negociações, sempre priorizando os interesses da Companhia, independente da contratante no negócio, aplicando condições estritamente comutativas, prezando pela transparência, equidade e interesse da companhia, observando as condições de mercado, especialmente no que diz respeito aos prazos, preços e garantias.

34



Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis - 1º Trimestre de 2025
(Valores expressos em milhares de reais)

Conforme CPC 05, transação com parte relacionada é a transferência de recursos, serviços ou obrigações entre uma entidade que reporta a informação e uma parte relacionada, independentemente de ser cobrado um preço em contrapartida.

Seguem as partes relacionadas com a CDC:

a) PETROBRAS – É cliente da CDC. Apesar de possuir o controle acionário comum (União), não possui privilégios em relação aos demais clientes, por ser parte relacionada, sendo respeitadas as condições de mercado, especialmente, no que diz respeito a preços, prazos e a transparência.

Demonstração dos valores faturados para a PETROBRAS, no 1º trimestre de 2025, em milhares de reais.

		31/03/2025
FATURAMENTO	(Vide Nota 26)	25.284
FATURAMENTO PETROBRAS		7.353
PARTIC. DA PETROBRAS NO FATURAMENTO DA CDC		29,08%

b) OGMO – É cliente da CDC, bem como, também, fornece prestação de serviços à CDC, por meio de um contrato abrangente de valor, com características de *stakeholder* (grupo de interesse).

Demonstração dos valores faturados para o OGMO, no 1º trimestre de 2025, em milhares de reais.

		31/03/2025
FATURAMENTO	(Vide Nota 26)	25.284
FATURAMENTO OGMO		28
PARTIC. DO OGMO NO FATURAMENTO DA CDC		0,11%

Demonstração dos valores de serviços prestados pelo OGMO, no 1º trimestre de 2025, em milhares de reais.

		31/03/2025
SERVIÇOS PRESTADOS PESSOA JURÍDICA	(Vide Nota 27)	2.164
SERVIÇOS PRESTADOS OGMO		1.061
PARTIC. DO OGMO		49,01%



Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis - 1º Trimestre de 2025
(Valores expressos em milhares de reais)

c) Empresa Brasil de Comunicação (EBC) – Possui controle acionário comum (União). É a empresa responsável pela viabilização das publicações legais da CDC, visando atender ao art. 37 caput da CF/1988, aos artigos 146 § 1º e artigo 289 da lei 6.404/76, bem como ao artigo 9º § 3º do Decreto 6.555/2008, tendo em vista a necessidade de publicação das atas da Assembleia Geral e do Conselho de Administração, em jornais de grande circulação.

Demonstração dos valores de serviços prestados pela EBC, no 1º trimestre de 2025, em milhares de reais.

		31/03/2025
SERVIÇOS PRESTADOS PESSOA JURÍDICA	(Vide Nota 28)	4.147
SERVIÇOS PRESTADOS PELA EBC		17
PARTIC. DA EBC		0,41%

d) Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (ECT) – É uma empresa pública de capital fechado, que, possui controle acionário comum (União). É a empresa responsável pela realização de serviços postais da CDC. Conforme Estatuto Social, a ECT terá exclusividade na exploração dos serviços de que tratam os incisos I a III do caput do art. 9º da Lei nº 6.538, de 22 de junho de 1978, conforme inciso X do caput do art. 21 da Constituição.¹

Demonstração dos valores de serviços prestados pela ECT, no 1º trimestre de 2025, em milhares de reais.

		31/03/2025
DESPESAS GERAIS	(Vide Nota 28)	1.973
SERVIÇOS PRESTADOS PELA ECT		0,00
PARTIC. DA ECT		0,00%

e) Agência Nacional de Transportes Aquaviários (ANTAQ) - é uma organização que integra a Administração Pública Federal indireta e atua no modal aquaviário. Foi criada pela Lei nº 10.233 de 2001 e está vinculada ao Ministério de Portos e Aeroportos - MPA. É uma autarquia em regime especial caracterizada pela independência administrativa, ausência de subordinação hierárquica, mandato fixo e estabilidade de seus dirigentes, além de autonomia funcional, decisória, administrativa e financeira, estas últimas ressaltadas pela publicação da Lei nº 13.848 de 2019, também conhecida

¹ Estatuto Social dos Correios. Disponível em: <https://www.correios.com.br/acesso-a-informacao/institucional/legislacao/estatuto-dos-correios>. Acesso em: 22 fev. 2024.



Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis - 1º Trimestre de 2025
(Valores expressos em milhares de reais)

como Lei das Agências Reguladoras. Tem por finalidade implementar as políticas formuladas pelo Ministério da Infraestrutura, segundo os princípios e diretrizes estabelecidos na legislação. Foi criada para regular, supervisionar e fiscalizar as atividades relacionadas à prestação de serviços de transporte aquaviário e de exploração da infraestrutura aquaviária e portuária. Abrange os subsetores portuário, de navegação marítima e de apoio e de navegação interior.²

Demonstração dos valores faturados para a ANTAQ, no 1º trimestre de 2025, em milhares de reais.

		31/03/2025
FATURAMENTO (Vide Nota 26)		25.284
FATURAMENTO ANTAQ		4
PARTIC. DA ANTAQ NO FATURAMENTO DA CDC		0,02%

f) A ANVISA (Agência Nacional de Vigilância Sanitária) é uma autarquia sob regime especial, criada pela Lei nº 9.782, de 26 de janeiro de 1999, que tem sede e foro no Distrito Federal, e está presente em todo o território nacional, por meio das coordenações de portos, aeroportos, fronteiras e recintos alfandegados. Tendo como finalidade institucional, a promoção da proteção da saúde da população, por intermédio de controle sanitário da produção e do consumo de produtos e de serviços submetidos à vigilância sanitária, inclusive dos ambientes, dos processos, dos insumos, bem como das tecnologias a eles relacionados, além de controle de portos, aeroportos, fronteiras e recintos alfandegados. marítima e de apoio e de navegação interior.³

Demonstração dos valores faturados para a ANVISA, no 1º Trimestre de 2025, em milhares de reais.

		31/03/2025
FATURAMENTO (Vide Nota 26)		25.284
FATURAMENTO ANVISA		13
PARTIC. DA ANVISA NO FATURAMENTO DA CDC		0,05%

²Agência Nacional de Transportes Aquaviários – ANTAQ. **Competências**. Brasília, 10 mai. 2023. Disponível em: https://www.gov.br/antaq/pt-br/acesso-a-informacao/institucional/copy_of_competencias. Acesso em: 22 fev. 2024.

³ Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA. **Institucional**. Disponível em: <https://www.gov.br/anvisa/pt-br/acessoainformacao/institucional>. Acesso em: 22 fev. 2024.



Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis - 1º Trimestre de 2025
(Valores expressos em milhares de reais)

Lúcio Ferreira Gomes
Diretor Presidente
Companhia Docas do Ceará

Antônio Erinaldo Freire Malveira
Contador
Companhia Docas do Ceará
CRC CE-014871/O-2

RELATÓRIO DE AUDITORIA - FORMA LONGA

Os dados, comentários e informações, a seguir expostos, são resultantes da nossa auditoria nos registros contábeis referente ao 1º trimestre de 2025, e nos atos e procedimentos administrativos formais que estão previstos e que ocorreram no período analisado.

CONTAS PATRIMONIAIS

ATIVO **CIRCULANTE**

BANCOS C/ MOVIMENTO

Descrição	Saldo contábil em 31.03.2025	Saldo extrato em 31.03.2025	Dif.
Bancos - Poupança - Convênios			
- Convênio CVT – AG. 08-6 POUP24.330-2	461,26	461,26	-
Total	461,26	461,26	-

Analisamos a documentação suporte da conta, confrontando os saldos dos balancetes com os saldos dos respectivos extratos bancários, onde constatamos que os mesmos estão em consonância.

APLICAÇÕES DE DISPONIBILIDADES OU LIQUIDEZ IMEDIATA

Descrição	Saldo contábil em 31.03.2025	Saldo extrato em 31.03.2025	Dif.
Agência nº 08-6 C/C 77.001-9	42.733.582,57	42.733.582,57	-
Agência nº 08-6 C/C 25.873-3	2.399.202,60	2.399.202,60	-
Agência nº 08-6 C/C 26.003-7	4.876.643,01	4.876.643,01	-
Agência nº 8-6 C/C 29188-9	11.009.341,80	11.009.341,80	-
Agência nº 8-6 C/C 28.755-5	1.392.013,93	1.392.013,93	-
Agência Nº 08-6 C/C77.001-9 - RENDE FÁCIL	332.039,17	332.039,17	-
Total	62.742.823,08	62.742.823,08	-

Analisamos a documentação suporte da conta, confrontando os saldos dos balancetes com os saldos dos respectivos extratos bancários de aplicação, verificamos as apropriações das receitas financeiras e IRRF, onde não encontramos fatos merecedores de destaque.

CONTAS A RECEBER

Descrição	Saldo em 31.03.2025	Nota
Clientes no Mercado Nacional	7.232.682,02	(a)
Clientes Diversos	32.410,80	(b)
(-) Provisão para Perdas	(851.887,66)	(c)
Total	6.413.205,16	

Pontos Identificados:

(a) Verificamos as informações presentes nos relatórios dos setores contábil, financeiro e faturamento, confrontamos com as informações contidas nos livros fiscais (ISS Fortaleza), bem como as notas fiscais emitidas, do qual não evidenciamos fatos merecedores de destaque. O saldo apresentado na contabilidade está em consonância com o saldo apresentado pelo Departamento Financeiro, porém o mesmo não foi apresentado de forma analítica, ou seja, por título e data de vencimento. A companhia não disponibilizou *aging list* e/ou relatório financeiro para a validação do referido saldo contábil;

Chamamos atenção para o fato de não haver segregação dos Impostos Federais retidos, relativo às NF's emitidas, cujo imposto foi retido pelo tomador, desta forma, no saldo da rubrica clientes encontra-se incluso o valor dos impostos retidos. Verificamos que a segregação está sendo feita pela contabilidade apenas por ocasião do pagamento dos clientes, cujo lançamento é realizado no último dia do mês;

(b) Analisamos a movimentação da rubrica e identificamos que a mesma refere-se a parcelamentos de dívidas, concedido ao cliente Engemom Engenharia Industrial, do qual analisamos a documentação comprobatória e não identificamos pontos merecedores de destaque. Ressaltamos para o fato de que, no período em análise, a rubrica "Engemon" não teve movimentação, ou seja, não foram recebidos recursos deste parcelamento no 1º Trim/2025;

(c) Verificamos que foi constituída a provisão de perdas estimadas com crédito de liquidação duvidosa, no 1º Trim/2025, onde a mesma foi efetuada através de planilha repassada pelo setor de cobrança da Companhia. Analisamos a mesma e identificamos os seguintes pontos merecedores de destaque:

- A contabilidade possui o controle para fins de baixa para perdas com créditos, de acordo com a IN SRF nº 93/07 (art. 24), reconhecendo estas perdas como valores dedutíveis.

O reconhecimento da Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa (PCLD) foi feita apenas com base na regra fiscal, não sendo atendido o que dispõe a regra societária, (CPC 48 – IFRS 9), que determina o seguinte:

“5.5.17 A Empresa deve mensurar as perdas de crédito esperadas de instrumento financeiro de modo que reflita: (a) o valor imparcial e ponderado pela probabilidade que seja determinado ao avaliar um intervalo de resultados possíveis; (b) o valor do dinheiro no tempo; e (c) informações razoáveis e sustentáveis disponíveis, sem custo ou esforço excessivos, na data do balanço sobre eventos passados, condições atuais e previsões de condições econômicas futuras.

5.5.18 Ao mensurar as perdas de crédito esperadas, a Entidade não precisa, necessariamente, identificar cada cenário possível. Entretanto, ela deve considerar o risco ou a probabilidade de que ocorra uma perda de crédito ao refletir sobre a possibilidade de que essa perda ocorra e sobre a possibilidade de que não ocorra, mesmo se a possibilidade de ocorrência de perda de crédito for muito baixa.

5.5.19 O período máximo a ser considerado ao mensurar perdas de crédito esperadas é o período contratual máximo (incluindo as opções de prorrogação) sobre o qual a Entidade está exposta ao risco de crédito e, não, a um período mais longo, mesmo se esse período mais longo estiver consistente com a prática comercial.

5.5.20 Entretanto, alguns instrumentos financeiros incluem tanto um empréstimo quanto um componente de compromisso não utilizado, e a capacidade contratual da entidade de exigir reembolso e cancelar o compromisso não utilizado não limita a exposição da Entidade a perdas de crédito para o período de notificação contratual. Para esses instrumentos financeiros, e somente esses, a Entidade deve mensurar as perdas de crédito esperadas ao longo do período durante o qual a Entidade estiver exposta ao risco de crédito e as perdas de crédito esperadas não forem mitigadas por ações de gerenciamento de risco de crédito, mesmo se esse período estender-se além do período contratual máximo.”

Chamamos atenção para a “técnica do arrasto” que deve ser adotada pela empresa, para o cálculo da PCLD, que é de perda e provisionamento de todos os créditos atribuídos a um mesmo devedor.



www.audiplacauditoria.com

Recomendações:

- (a) Que seja verificado junto ao suporte do sistema a disponibilização de um relatório financeiro do "Contas a Receber", de forma analítica, possibilitando a identificação individual dos títulos a receber com suas respectivas datas de vencimento, assim como seja feita a segregação dos impostos retidos da rubrica de Clientes, no momento do registro da Fatura a Receber;
- (b) Que a Companhia envide esforços para a cobrança dos referidos valores;
- (c) Proceder com o reconhecimento da Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa (PCLD), atendendo o que dispõe a regra fiscal (IN SRF nº 93/07) e regra societária (CPC 48 - IFRS 9).

Comentários da Companhia:

A CODFIN informa que o setor responsável pela contratação do sistema ERP, já iniciou o processo licitatório. Onde, contemplará de forma analítica o contas a receber e o contas a pagar.

Conforme, Comunicado nº 56/2025/CODTEI-CDC/DIEGEP-CDC em 04/04/2025

Posicionamento acerca da contratação de Sistema Financeiro Informatizado.

Processo 50900.001142/2024-02 (Licitação: Pregão Eletrônico), visando a contratação de empresa para implantação de Sistema de ERP (Enterprise Resource Planning) para a Companhia Docas do Ceará que contempla, entre outros, um módulo financeiro.

No dia 26 de setembro de 2024, foi publicada a licitação desse objeto, que infelizmente, devido a desclassificação de todas as propostas, foi declarado fracassado.

O processo retornou à fase de especificação de requisitos, onde o módulo de gestão portuária, que pode ter contribuído pro fracasso da licitação, como melhor detalhado no Nota Técnica - CDC 11 Justificativa remoção do Lote 2 (9059581), foi removido e a CODTEI está revisando todos os requisitos para solicitar relançamento.

TRIBUTOS A RECUPERAR

Descrição	Saldo em 31.03.2025	Nota
CSLL estimativas	84.366,20	(a)
IRRF s/ rend. financeiros e assemelhados no trimestre	56.215,18	(b)
CSLL Retida – Entidade Governamental	70.509,18	(c)
Saldo negativo de IRPJ exercício 2025-2024	1.283.855,42	(d)
Saldo negativo de CSLL exercício 2025-2024	438.561,23	(d)
Grupo – IRRF	1.397,06	(e)
Total	1.934.904,27	

Pontos Identificados:

- a) Pagamento realizado no mês de fevereiro/25, no valor de R\$ 84.366,20, referente ao valor da contribuição social apurada no mês de jan/2025, conforme cálculos apresentados pela companhia. Nas análises realizadas não identificamos fatos merecedores de destaque;
- b) Saldo referente a retenções sobre rendimento de aplicações financeiras, ocorridas no período em análise;
- c) Saldo referente a retenções de imposto sobre notas fiscais emitidas, ocorridas no período em análises. Nas análises realizadas não detectamos fatos merecedores de destaque;
- d) Saldo Negativo de IRPJ e CSLL do ano calendário de 2024. Ocorreu movimentação no período, referente a atualização monetária do período em análise;
- e) Saldo referente a retenções ocorridas em períodos anteriores.

NÃO CIRCULANTE

CRÉDITOS A RECEBER

Descrição	Saldo em 31.03.2025	Notas
Processo N° 0011097-11.2007.8.06.0001 - IPTU	9.517.188,55	(a)
Processo N° 0812093-66.2019.4.05.8100 - ISS	92.687.288,44	(b)
Crédito de Francisco PROC.N.0189190-44	21.782.210,32	(c)
Crédito Santana Textil proc. 0000972-34.201	11.335.403,22	(d)
Total	135.322.090,53	

Pontos Identificados:

- a) Verificamos que o saldo desta rubrica refere-se ao Processo Nº 0011097-11.2007.8.06.0001, no qual o mesmo trata-se de uma Ação Ordinária de Repetição de Indébito, aforada pela CDC, em face do requerido, Município de Fortaleza, cuja pretensão do referido processo consistiu na declaração de inexigibilidade de relação jurídico-tributária, com relação ao pagamento do Imposto sobre a Propriedade Territorial Urbana (IPTU), dos imóveis matriculados na Prefeitura Municipal de Fortaleza, sob os números 186.731-8, 461-446-1, 539.771-5 e 184.834-8;

Conforme comunicado SEI Nº 2/2021/CODJUR-CDC/DIRPRE-CDC, emitido pela Coordenadoria Jurídica da CDC, a ação foi julgada procedente, tendo o juiz decretado a inexigibilidade de relação jurídico-tributária pleiteada, bem como condenou o Município de Fortaleza à repetição do indébito, com relação ao IPTU lançado e pago dos últimos cinco anos, a contar da interposição da demanda, com aplicação de juros moratórios, contados do trânsito em julgado da sentença (Súmula 188/STJ), bem como da correção monetária pelo INPC/IBGE, a partir dos referidos desembolsos;

O juiz proferiu decisão, em 28/08/2020, em que homologou o valor de R\$ 4.727.213,50, de acordo com o cálculo da contadaria judicial, bem como determinou a expedição de precatório, além de intimar o Município a se manifestar acerca da atualização monetária apresentada pela CDC. Diante do exposto, a Coordenadoria Jurídica da CDC, entendeu que o valor de R\$ 4.727 (mil), é certo quanto ao seu recebimento, o qual se dará por meio de precatório (Fazenda Pública Municipal), restando em discussão, apenas a atualização monetária, tendo em vista que, o cálculo que foi homologado compreendeu a atualização, apenas até março de 2016;

Em 04 de janeiro de 2022 foi emitido o Comunicado nº 4/2022/CODJUR-Contencioso CD C/CODJUR-CDC/DIRPRE-CDC, Assunto: Narração do Processo 0011097-11.2007.8.06.0001 – Prognóstico 1, que comenta que o juiz determinou que os autos fossem remetidos à contadaria para que fossem dirimidas as controvérsias entre os cálculos de atualização apresentados pela CDC e contestados pela Prefeitura no que se refere ao período de março de 2016 a junho de 2020;

Conforme relatório do jurídico, posição em 31.03.2025: Histórico/Atualização: Autos retornaram da contadaria do Forum com débito atualizado no montante de R\$ 9.517.188,55. A Cia peticionou concordando com tal quantia. Após manifestação do Município, os autos restam conclusos para despacho desde 30/07/2024;

Quanto ao reconhecimento do ativo, no montante de R\$ 9.517.188,55, o referido valor foi contabilizado pelo fato do mesmo não se tratar de um ativo contingente, onde conforme determina a NBC TG 25 item 33, traz que quando a realização do ganho é praticamente

certa, o ativo relacionado não é um ativo contingente e o seu reconhecimento é adequado;

- b) Verificamos que o saldo desta rubrica refere-se ao Processo Nº 0812093-66.2019.4.05.8100, cujo mesmo foi ajuizado em outubro de 2007, com pedido de tutela antecipada proposta pela COMPANHIA DOCAS DO CEARÁ, em face do MUNICÍPIO DE FORTALEZA, processo nº 0812093-66.2019.4.05.8100, objetivando a declaração de exclusão da exigibilidade jurídico tributária cumulada com repetição de indébito em que a autora não seja obrigada a pagar ISSQN, bem como que seja o réu obrigado a restituir à CDC os valores recolhidos indevidamente a esse título, ressalvada a prescrição;

Em novembro de 2019, a ação foi julgada procedente, tendo o juiz decretado a inexigibilidade de relação jurídico-tributária pleiteada, bem como condenou o Município de Fortaleza, a restituir à CDC os valores cobrados e pagos referentes ao referido tributo, dos últimos cinco anos da interposição da presente demanda, a serem apurados quando da liquidação da sentença;

Em setembro de 2021, com a sentença transitada em julgado, a exequente adquiriu o direito a restituição dos valores pagos a título de ISSQN, não alcançados pela prescrição, por todos os serviços portuários que prestou, valores estes que deverão ser corrigidos monetariamente pelos mesmos índices praticados pela Prefeitura Municipal de Fortaleza, ou seja, pela SELIC. O demonstrativo de cálculos para fins de restituição no período de outubro de 2002 a janeiro de 2022, no montante de R\$ 80.041.805,80 (oitenta milhões, quarenta e um mil, oitocentos e cinco reais e oitenta centavos), nos exatos termos fixados à sentença, quantia essa já atualizada, sendo o valor principal de R\$ 36.965.688,66 (trinta e seis milhões, novecentos e sessenta e cinco mil seiscentos e oitenta e oito reais e sessenta e seis centavos), com atualização do débito pela SELIC, no valor de R\$ 43.076.117,14 (quarenta e três milhões, setenta e seis mil cento e dezessete reais e quatorze centavos);

Com a sentença transitada em julgado, a exequente adquiriu o direito a restituição dos valores pagos a título de ISS, não alcançados pela prescrição, por todos os serviços portuários que prestou, valores estes corrigidos monetariamente pelos mesmos índices praticados pela Prefeitura Municipal de Fortaleza, ou seja, pela SELIC;

Conforme comunicado Nº Comunicado nº 64/2022/CODJUR-CDC/DIRPRE-CDC, emitido pela Coordenadoria Jurídica da CDC, onde a citada coordenadoria ratifica a informação de que o prognóstico "1" indicado para a referida Ação (Processo Judicial nº 0812093-66.2019.4.05.8100), constante no Relatório Federal Requerente (SEI nº 6305649) é adequado, ao passo que a importância indicada (R\$ 80.041.805,80) é **líquida e certa de recebimento**, portanto, passível de ser classificada como "provável", de acordo com as balizas conceituais elencadas no Comunicado nº 227/2022/CODFIN-CDC (SEI nº

6375666). O citado comunicado ressalta ainda, que a constatação de liquidez e certeza do recebimento está alicerçada no fato de que a respectiva Ação nº 0812093-66.2019.4.05.8100 já transitou em julgado, portanto, as fases processuais de conhecimento e execução já foram exauridas, razão pela qual, inexiste margem para alteração do referido desfecho processual, conforme documentos de evidência acostados ao Relatório (SEI nº 6305649) e demais anexos arrolados à este comunicado (SEI nº 6380515). O valor desta causa foi atualizado conforme Extrato Demonstrativo de Cálculo (Simulação) - Tribunal Regional Federal da Quinta Região, Detalhamento do Valor Corrigido pelo Tribunal, em R\$ 2.067.579,98, perfazendo o montante de R\$ 92.687.288,44;

- c) Verificamos que o saldo desta rubrica refere-se ao Processo Crédito do "De Francesco Alimentos Ltda", PROC.N.0189190-44, no qual trata-se de uma Ação de Rescisão de Contrato de Arrendamento (Cumprimento de Sentença proferida em 26/06/2006, com decisão transitada em julgado), conforme autos do processo disponibilizados e relatório do jurídico da CDC;
- d) Verificamos que o saldo desta rubrica refere-se aos registro na conta contábil, na data de 13.03.2025, pelos valores de R\$ 308.377,38 (valor principal) e R\$ 11.027.025,84 (atualização), perfazendo o montante de R\$ 11.335.403,22, referente ao Processo da "Santana Têxtil", nº 0000972-34.2018.8.06.0086, no qual o mesmo trata-se de 02 (duas) execuções de Título Extrajudicial, os quais foram objeto de embargos a execução, cujas decisões proferidas e já transitadas em julgado apontaram para a certeza, liquidez e exigibilidade da cobrança.

IMOBILIZADO

Descrição	Saldo Balancete em 31.03.2025	Saldo Sistema Patrimonial em 31.03.2025	Diferença	Nota
Bens Móveis	17.970.869,58	17.970.869,58	-	
Bens Imóveis	156.539.185,61	142.454.087,19	14.085.098,42	(a)
Imobilizado em Andamento	4.998.767,52	-	4.998.767,52	
Imobilizado – Convênios	1.486.929,13	-	1.486.929,13	(b)
Imobilizado – TMP	238.836.401,10	238.836.401,10	-	-
Redução a Valor Recuperável	(11.884,89)	-	(11.884,89)	
(-) Dep. Acum. - B. Móveis	(12.499.957,40)	(12.499.957,40)	-	-
(-) Dep. Acum. - B. Imóveis	(87.923.923,41)	(81.241.191,80)	(6.682.731,61)	(c)



www.audiplacauditoria.com

(-) Dep. Acum. – RTT	13.482.640,35	-	13.482.640,35	(c)
(-) Dep. Acum. – TMP	(82.782.406,92)	(82.782.406,92)	-	-
Total	250.096.620,67	222.737.801,75	27.358.818,92	

Confrontamos a movimentação contábil com o mapa de apuração do sistema patrimonial, testamos as movimentações realizadas nas contas, por amostragem, onde identificamos os seguintes pontos merecedores de destaque:

Pontos Identificados:

- a) A diferença apresentada entre Contabilidade e Sistema Patrimonial é decorrente de Correção Monetária Especial – Art. 30 da Lei nº 8.200/91, que não está registrada no Sistema Patrimonial, tendo seu controle efetuado através de planilhas de Excel;
- b) A referida diferença é decorrente de bens oriundos de Convênios (CVT, DNIT e Monitoramento Ambiental), cuja destinação dos bens não foi feita pela Convenente, ficando na posse da Companhia até que seja definida sua destinação. Não houve movimentação da rubrica no período auditado;
- c) Verificamos que a Companhia dispõe de controles paralelos para o cálculo das depreciações decorrentes de Correção Monetária Especial – Art. 30 da Lei nº 8.200/91 e Depreciação com Base na Vida Útil Estimada, em conformidade com o Laudo de Avaliação;
- d) Verificamos que a companhia não efetuou no período em análises, uma avaliação dos bens moveis e imóveis, para saber se o seu valor recuperável era superior ao valor contábil (*Impairment*), assim como também não efetuou teste para definir a vida útil e econômica estimada e o valor residual, para se determinar o valor depreciável e a taxa de depreciação.

Recomendações:

- d) Que seja efetuado uma análise para verificação de indicadores de *impairment* (Redução ao vair recuperável e determinação da vida útil), valor residual, taxa de depreciação e vida útil remanescente. Diante do fato a companhia não atendeu a legislação vigente (NBC TG 01).

Comentários da Companhia:

A CODFIN, informa que, conforme Comunicado nº 147/2025/COADMI-CDC/DIAFIN-CDC. em 15/04/2025.

Referente ao TESTE DE IMPAIRMENT E AVALIAÇÃO DOS BENS DA CDC, Exercício 2025 há um processo em andamento na DIRPRE aguardado **autorização para abertura de licitação** para a contratação de empresa especializada na prestação dos serviços de elaboração de laudo de Avaliação e teste de recuperabilidade de ativos, SEI Nº [50900.000764/2024-13](#).

INTANGÍVEL

Descrição	Saldo Balancete em 31.03.2025	Saldo Sistema Patrimonial em 31.03.2025	Diferença
Software	8.045.256,18	8.045.256,18	-
(-) Amortização do Intangível	(7.897.420,09)	(7.898.949,37)	1.529,28
Redução a Valor Recuperável	(1.529,28)	(1.529,28)	-
Total	146.306,81	144.777,53	1.529,28

Pontos Identificados:

Confrontamos a movimentação contábil com o mapa de apuração do sistema patrimonial, testamos as movimentações realizadas nas contas, por amostragem.

Verificamos que a companhia não efetuou no período em análises, uma avaliação dos softwares, para saber se o seu valor recuperável era superior ao valor contábil (*Impairment*), assim como também não efetuou teste para definir a vida útil e econômica estimada e o valor residual, para se determinar o valor amortizável e a taxa de amortização.

Recomendações:

Que seja efetuada uma análise para verificação de indicadores de *impairment* (Redução ao valor recuperável e determinação da vida útil), valor residual, taxa de amortização e vida útil remanescente. Diante do fato a companhia não atendeu a legislação vigente (NBC TG 01).

Comentários da Companhia:

A CODFIN, informa que, conforme Comunicado nº 147/2025/COADMI-CDC/DIAFIN-CDC. em 15/04/2025.

Referente ao TESTE DE IMPAIRMENT E AVALIAÇÃO DOS BENS DA CDC, Exercício 2025 há um processo em andamento na DIRPRE aguardado **autorização para abertura de licitação** para a contratação de empresa especializada na prestação dos serviços de



www.audiplacauditoria.com

elaboração de laudo de Avaliação e teste de recuperabilidade de ativos, SEI Nº [50900.000764/2024-13.](#)

PASSIVO

CIRCULANTE

FORNECEDORES

Descrição	Saldo em 31.03.2025
Fornecedores com Contrato	1.883.060,19
Total	1.883.060,19

Pontos Identificados:

Analisamos a movimentação ocorrida nesta rubrica, por amostragem, confrontamos com a documentação comprobatória e conciliação apresentada pela contabilidade, do qual chamamos atenção para o fato da Companhia não dispor de um sistema financeiro que demonstre os saldos analíticos dos fornecedores a pagar, assim como a contabilidade, que dispõe apenas de um controle de forma sintética.

Recomendação:

Que a Companhia proceda a implementação da recomendação acima mencionada, de forma a aprimorar seus controles internos.

Comentários da Companhia:

A CODFIN informa que o setor responsável pela contratação do sistema ERP, já iniciou o processo licitatório. Onde, contemplará de forma analítica o contas a receber e o contas a pagar.

Conforme, Comunicado nº 56/2025/CODTEI-CDC/DIEGEP-CDC em 04/04/2025

Posicionamento acerca da contratação de Sistema Financeiro Informatizado.

Processo [50900.001142/2024-02](#) (Licitação: Pregão Eletrônico), visando a contratação de empresa para implantação de Sistema de ERP (Enterprise Resource Planning) para a Companhia Docas do Ceará que contempla, entre outros, um módulo financeiro.

No dia 26 de setembro de 2024, foi publicada a licitação desse objeto, que infelizmente, devido a desclassificação de todas as propostas, foi declarado fracassado.

O processo retornou à fase de especificação de requisitos, onde o módulo de gestão portuária, que pode ter contribuído pro fracasso da licitação, como melhor detalhado no Nota Técnica - CDC 11 Justificativa remoção do Lote 2 (9059581), foi removido e a CODTEI está revisando todos os requisitos para solicitar relançamento.

OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS

Descrição	Saldo em 31.03.2025	Nota
Salários a Pagar	37.606,47	(a)
Reclamações Trabalhistas	4.072.568,40	(b)
Total	4.110.174,87	

Pontos Identificados:

- a) Analisamos a movimentação da rubrica, confrontamos o Razão Contábil x Folha de Pagamento, no qual identificamos que ocorreu pagamento parcial da folha competência mar/25, dentro do próprio mês, restando o referido saldo a pagar em abr/2025;
- b) O saldo apresentado nesta rubrica está em conformidade com os valores contidos no "Relatório CODJUR - emitido em "31/03/2025", com data-base mar/2025, e demais documentos pertinentes, onde identificamos que os mesmos referem-se aos Processos Trabalhistas que estão com prognóstico "Provável de Realização", no qual os mesmos foram provisionados conforme recomenda a Deliberação CVM Nº 489 e o CPC 25 (Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes).

OBRIGAÇÕES FISCAIS E PREVIDENCIÁRIAS

Descrição	Saldo em 31.03.2025	Nota
INSS a Recolher	500.600,62	(a)
FGTS a Recolher	120.374,05	(a)
COFINS	403.500,83	(c)
PIS	86.206,58	(c)
ISS Retido na Fonte	53.695,02	(d)
Impostos a Recolher (INSRF 480/04)	303.964,34	(b)
INSS Retido s/ Serv Tomados	68.395,80	(b)

PORTUS RTSA	629.815,68	(e)
PORTUS Termo de Compromisso Financ.	2.067.809,05	(e)
Total	4.234.361,97	

Pontos Identificados:

- a) Analisamos a movimentação ocorrida nesta rubrica, confrontamos com a folha de pagamento, Obrigações Acessórias e Controles extracontábeis pertinentes, onde não identificamos fatos relevantes merecedores de destaque;
- b) Analisamos a movimentação ocorrida nesta rubrica e não encontramos fatos relevantes merecedores de destaque;
- c) Efetuamos os testes de recálculo, confrontamos as informações contábeis com as Memórias de Cálculo e Obrigações Acessórias (DCTFWeb e EFD CONTRIBUIÇÕES). Nas análises realizadas não detectamos fatos merecedores de destaque;
- d) Saldo confirmado com as informações contábeis e Certificado de encerramento de ISS, do qual não identificamos divergências relevantes merecedoras de destaque;
- e) O saldo da rubrica é referente ao registro contábil, referente aos valores constantes no Termo de Compromisso Financeiro – TCF, celebrado em 12/06/2020, entre a Entidade Administradora (Portus - Instituto de Seguridade Social) e a Cia Docas do Ceará, firmado no intuito de viabilizar a solvência do Plano de Benefícios Previdenciários PORTUS 1 – PBP1, onde conforme estabelecido no citado termo, o mesmo deverá ser liquidado em 180 (cento e oitenta) parcelas fixas mensais e sucessivas, calculadas segundo o sistema Price de amortização, incorporando a taxa de juros mensal, equivalente à taxa anual de 4,81%, definida na estratégia previdencial e acrescidas da variação mensal do Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) sobre o saldo devedor. Analisamos sua devida documentação comprobatória, verificamos os lançamentos efetuados na rubrica, e não identificamos pontos merecedores de destaque. Constatamos que foi aplicada a contabilização da transferência de Saldo do Longo para Curto Prazo, com base no critério da exigibilidade.

CREDORES DIVERSOS

Descrição	Saldo em 31.03.2025	Nota
Credores por Depósitos Caucionados	278.465,54	(a)
Credores Diversos	1.787.404,54	(b)

Credores Diversos - IPTU	1.653.018,26	(c)
Credores Diversos - Aforamento	1.174.327,55	(d)
Total	4.893.215,89	

Pontos Identificados:

- a) O saldo apresentado nesta rubrica é decorrente de cauções recebidos de fornecedores, conforme disposto em Cláusula Contratual;
- b) A contabilidade apresentou a conciliação da referida rubrica, do qual, conforme análise da movimentação financeira do período, verificamos que as movimentações são decorrentes de Notas de Crédito, onde as mesmas referem-se a pagamentos efetuados a maior pelos clientes ou cancelamentos de NF's;

Conforme recomendado por esta auditoria, identificamos que na competência de Março/2018, foi efetuada a transferência da rubrica do Ativo "Créditos / Débitos não Identificados" para a rubrica do Passivo "Credores Diversos - Créditos / Débitos não Identificados", no valor de R\$ 1.605.309,37, onde a movimentação da mesma é decorrente principalmente de pagamentos de clientes que não foram baixados.

- c) O saldo da rubrica é decorrente de IPTU's e Aforamentos, recebidos das empresas que possuem áreas arrendadas na Companhia, que estão em processo de lide jurídica. Chamamos atenção para o fato de não existir uma conta poupança específica para cada empresa que realizou o depósito. Chamamos atenção para a alocação destes recursos recebidos, para evitar que a Companhia se aproprie de uma receita financeira que não é dela e quando estes recursos forem pagos ou devolvidos, corrigidos monetariamente, estará incorreto em uma despesa financeira que também não é dela. O correto seria abrir uma conta bancária específica e que os rendimentos fossem alocados na conta do passivo, até mesmo para ter o controle destes valores atualizados. O saldo da rubrica é decorrente de períodos anteriores.

ACÕES JUDICIAIS

Descrição	Saldo em 31.03.2025
Ações Federais	573.302,39
Total	573.302,39

Pontos Identificados:

Analisamos a movimentação ocorrida nesta rubrica, confrontamos com o "Relatório CODJUR II – emitido em 31/03/2025", com data-base mar/2025, apresentado pelo Departamento Jurídico, referente às Ações Cíveis, Federais e Tributárias, que estão com prognóstico provável de realização e demais documentos pertinentes no qual os mesmos foram provisionados, conforme recomenda a Deliberação CVM Nº 489 e o CPC 25 (Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes).

PROVISÕES

Descrição	Saldo em 31.03.2025
Provisão para 13º Salário	333.776,59
Provisão para Férias	1.544.309,19
Provisão INSS s/Férias	412.330,70
Provisão para FGTS s/ Férias	123.545,11
Provisão para INSS 13º	89.302,10
Provisão para FGTS 13º	26.702,12
Total	2.529.965,81

Confrontamos as movimentações contábeis com as Folhas de Pagamento, Relatórios de Provisões de Férias e 13º Salário, gerados pelo Sistema de Folha de Pagamento, e planilhas específicas, onde não identificamos divergências relevantes merecedoras de destaque.

PASSIVO NÃO CIRCULANTE

IMPOSTOS FISCAIS DIFERIDOS

Descrição	Saldo em 31.03.2025
CSLL Diferido	7.143.721,52
Pis Diferido	653.722,97
Cofins Diferido	3.878.802,52
Total	11.676.247,01

Pontos Identificados:

A Companhia procedeu a contabilização dos impostos (diferidos) sobre os valores a receber (créditos a receber), contabilizados no Ativo Não Circulante, conforme determina a NBC TG 32 (R4).

CRÉDITOS AUMENTO DE CAPITAL - AFAC

Descrição	Saldo em 31.03.2025
Governo Federal	6.000.749,52
Governo do Estado do Ceará	1.762,75
Total	6.002.512,27

Confrontamos a movimentação do Razão Contábil x Extratos Bancários x Planilha de Controle - AFAC, onde não identificamos pontos merecedores de destaque.

PROVISÃO PASSIVO ATUARIAL - PORTUS

Descrição	Saldo em 31.03.2025	Nota
Provisão Plano de Pensão – Portus	9.542.866,04	(a)
(+/-) Provisão Portus – Remensuração	(2.276.694,00)	(a)
Portus – Termo de Compromisso Financeiro	23.835.467,91	(b)
Total	31.101.639,95	

Pontos Identificados:

- (a) Analisamos as movimentações ocorridas nas rubricas, onde identificamos que os saldos das mesmas são decorrentes dos déficits técnicos remanescentes do Plano Básico Previdenciário 1 – PBP1, no qual analisamos sua devida documentação comprobatória, e não identificamos pontos merecedores de destaque;
- (b) O saldo da rubrica é referente ao registro contábil, referente aos valores constantes no Termo de Compromisso Financeiro – TCF, celebrado em 12/06/2020, entre a Entidade Administradora (Portus - Instituto de Seguridade Social) e a Cia Docas do Ceará, firmado no intuito de viabilizar a solvência do Plano de Benefícios Previdenciários PORTUS 1 – PBP1, onde conforme estabelecido no citado termo, o mesmo deverá ser liquidado em 180 (cento e oitenta) parcelas fixas mensais e sucessivas, calculadas segundo o sistema Price de amortização, incorporando a taxa de juros mensal, equivalente à taxa anual de

4,81%, definida na estratégia previdencial e, acrescidas da variação mensal do Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) sobre o saldo devedor. Analisamos sua devida documentação comprobatória, verificamos os lançamentos efetuados na rubrica, e não identificamos pontos merecedores de destaque. Constatamos que foi aplicada a contabilização da transferência de Saldo do Longo para Curto Prazo, com base no critério da exigibilidade.

RECEITAS DIFERIDAS - ARRENDAMENTOS

Descrição	Saldo em 31.03.2025	Nota
TERGRAN (Arrendamento Leilão MUC)	870.000,05	(a)
TERGRAN - Investimentos de melhorias	8.261.099,43	(a)
ABA - Infraestrutura	90.666,72	(b)
Total	9.221.766,20	

Pontos Identificados:

- a) Saldo contabilizado por conta do atendimento das "Obrigações prévias à celebração contratual do arrendamento do MUC01- Porto de Fortaleza", prevista no Edital "Leilão Nº 03/2021-ANTAQ, para o arrendamento de área e infraestrutura pública para a movimentação e armazenagem de granéis sólidos vegetais, especialmente trigo em grãos, localizados dentro do porto organizado de Fortaleza, denominado MUC01". O valor de R\$ 8.261.099,43 que foi depositado pela ganhadora (TERGRAN), conforme previsto no edital será investido em obras de melhoria na área do porto organizado. Nas análises realizadas não detectamos fatos merecedores de destaque;
- b) Saldo contabilizado por conta do atendimento das Obrigações iniciais, conforme Leilão Nº 05/2024 – ANTAQ para o arrendamento de área e infraestrutura publica para a movimentação de passageiros e para atividades de entretenimento

PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Descrição	Saldo em 31.03.2025
Capital Social	334.150.824,37
Ajuste de Avaliação Patrimonial – PORTUS	2.276.694,00
Reserva de Lucros	32.540.303,75
Créditos para Futuro Aumento de Capital	6.411.449,00

Lucros e Prejuízos	2.622.880,30
Total	378.002.151,42

Houve movimentação nas rubricas decorrente de lucro do período, no valor total de R\$ 2.236 (mil), ajuste de avaliação patrimonial – Portus R\$ 1.282 (mil), R\$ 53 (mil) da variação monetária da Reserva Especial, constituída conforme determinação da 112ª Assembleia Geral Extraordinária da CDC, que aprovou a constituição da referida reserva, tendo em vista dividendos não pagos dos exercícios de 2010 a 2012, e R\$ 334 (mil) de Ajustes de Exercícios decorrentes da provisão do Plano de Pensão da Portus. Pagamento de dividendos obrigatórios no valor de R\$ 2.208 (mil).

RECEITA BRUTA

Contas	Saldo em 31.03.2025
SERVIÇOS PORTUÁRIOS	
Serviços Utilização da Infraestrutura de Prot e Aces Aquav	6.313.793,91
Serviços Utilização das Instalações de Acostagem	1.151.316,00
Serviços Utilização da Infraestrutura Terrestre	9.441.842,22
Serviços de Armazenagem	55.322,37
Serviços Diversos	4.048.581,76
OUTRA RECEITAS OPERACIONAIS	
Aluguéis e Arrendamento	4.273.759,79
Total	25.284.616,05

Analisamos a movimentação ocorrida no período de 2025, por amostragem, confrontamos o Razão Contábil x Relatório de Faturamento, onde identificamos que as informações encontram-se em conformidade.

CUSTOS E DESPESAS

Contas	Saldo em 31.03.2025	Nota
CUSTOS	(9.973.451,49)	
Custos com Pessoal e Encargos Sociais	(3.723.747,14)	(a)
Serviços Pessoas Jurídicas	(2.164.611,76)	(b)
Materiais Gastos nas Operações	(21.034,68)	(b)
Custos Gerais	(4.064.057,91)	(b)
DESPESAS	(10.261.127,77)	
Despesas com Pessoal e Encargos	(4.226.980,87)	(a)



www.audiplacauditoria.com

Serviços Pessoa Física	(115.657,74)	(a)
Serviços Pessoa Jurídica	(4.146.927,54)	(b)
Despesas com Materiais	(49.098,31)	(b)
Despesas Gerais	(1.973.481,67)	(b)
Resultados Financeiros Líquidos	251.018,36	(b)
Total	(20.234.579,26)	

Pontos identificados

- (a) Confrontamos os registros da Contabilidade x Folha de Pagamento x SEFIP/GFIP, por amostragem, onde não identificamos pontos merecedores de destaque;
- (b) As movimentações ocorridas nestas rubricas foram analisadas e confrontadas com as notas fiscais dos fornecedores x registros contábeis, onde não encontramos pontos merecedores de destaque;

Estamos à disposição de V.Sa. para quaisquer esclarecimentos, agradecemos a confiança com que nos distinguiu a Administração e enalteceremos a dedicação demonstrada pelos colaboradores da Companhia.

Atenciosamente,



www.audiplacauditoria.com

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

**Aos
Conselheiros e Diretores da
Companhia Docas do Ceará**

Nesta

Prezados Senhores,

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Companhia Docas do Ceará, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de março de 2025, e as respectivas demonstrações do resultado, demonstração do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia Docas do Ceará em 31 de março de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o período findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com o nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações contábeis.

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação de capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis da administração da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectarão as eventuais distorções relevantes

existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevantes nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimentos dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos e auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.



www.audiplacauditoria.com

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Fortaleza, 23 de maio de 2025.

Audiplac Auditoria e Assessoria Contábil S/S.
CRC-CE-000282/O-9

**Contador CRC - CE - 4.702/O-6
José Teixeira de Souza Filho**

**Contador CRC - CE - 10.338/O-2
Francisco Euclides Maia de Araujo**